

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 123

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 08 DE DEZEMBRO DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ANDRÉ VARGAS

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Natálio Stica</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PP</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i>	<i>Elton Carlos Welter</i>
<i>PDT</i>	<i>Barbosa Neto</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Mauro Moraes</i>
<i>PPS</i>	<i>Ratinho Júnior</i>
<i>PSB</i>	<i>Dr. Luciano Ducci</i>

Representação Partidária

PMDB - 10: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 05: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 04: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 105ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
08 DE DEZEMBRO DE 2004**

(quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Carlos Simões e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

A SRA. CIDA BORGHETTI (Pela Ordem)

Sr. Presidente, gostaria, em nome da Presidência e dos demais Deputados, cumprimentar o Vereador Walter Gurlles, da cidade de Maringá, que está conosco desde ontem, resolvendo os assuntos pertinentes à nossa cidade.

Ele foi Presidente da Câmara, a qual lhe concedeu um título de cidadania na nossa cidade, Presidente. Gostaria de agradecer a sua presença.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Saúdo o Vereador Walter, nosso amigo e companheiro. É uma satisfação tê-lo em nosso plenário.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 036/2004

Curitiba, 06 de dezembro de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva transformar a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/PR em autarquia, sob a denominação de Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, integrante da Administração Indireta do Estado, conforme dispõe o artigo 7º, inciso I, da Lei nº 8485, de 03 de junho de 1987.

O plano de lei em referência, que indiscutivelmente consulta aos superiores interesses da Administração e da coletividade, consubstancia o resultado de estudos conjuntos da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação geral - SEPL, da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA e da Procuradoria Geral do Estado - PGE, conforme protocolado sob nº 8.206.498-2, no qual consta Exposição de Motivos, adiante transcrita, cujos termos bem demonstram a conveniência e oportunidade da medida:

“Tenho a honra de passar às mãos de V. Exa. o presente anteprojeto de lei, que visa a transformação da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER em uma entidade autárquica, sob a denominação de Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER.

Com tal iniciativa pretende-se a modificação da espécie empresa pública por autárquica, alterando-se, em consequência, a personalidade jurídica privada para pública, que caracteriza as autarquias.

Cumpre-nos frisar que a transformação da EMATER em autarquia não se trata de simples mudança, e sim de adequação da razão social à verdadeira missão desenvolvida pela entidade, ao mesmo tempo em que atenderá, de forma mais efetiva, o interesse do Estado em ajustar a sua organização às necessidades administrativas neste empreendimento.

O Estado, por sua Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e suas entidades vinculadas tem atuado de várias formas para a promoção do desenvolvimento da produção e do produtor rural.

Dentre as atividades, com presença contínua junto ao produtor rural e sua família, o Serviço de Extensão Rural vem desenvolvendo sua ação educativa nos aspectos técnicos e sociais, procurando implantar no Paraná a melhor produtividade e rentabilidade de suas lavouras e criações, servindo-se da racionalização do uso e da preservação dos recursos naturais e da organização asso-

ciativa do produtor na busca de eficiência produtiva e da viabilidade da empresa rural.

Por outro lado, a capilaridade de sua rede técnica e o conhecimento localizado do meio rural e de seus produtores, possibilita a tradução de suas necessidades frente aos demais organismos do Governo, interagindo na busca de políticas e meios para seu atendimento.

Estas atividades que caracterizam a Extensão Rural, mais do que uma intenção de continuidade, é uma imposição legal, como preconiza o artigo 159, inciso IV da Constituição do Estado e uma aspiração alcançada pelos agricultores do Estado do Paraná.

É, pois, imprescindível que esse organismo seja investido de amplitude administrativa tal, que permita estabelecer, de pronto, os mais variados contatos, ajustes e conexões contratuais, para assegurar-lhe eficácia e oportunidade na luta em que está empenhado todo o Estado, ou seja, no desenvolvimento e no aprimoramento do meio rural e da agropecuária do Estado.

Decorre do papel e do dever do Estado levar, através da sua ação programática, as condições para o desenvolvimento dos vários segmentos da sociedade, de modo a minorar as diferenças sociais existentes no campo, mediante a prestação oficial de Assistência Técnica e Extensão Rural de forma priorizada ao pequeno e médio produtores rurais, sem qualquer ônus direto para os mesmos.

Depreende-se daí, que a natureza jurídica de “Empresa” não é adequada a tal propósito, pois como tal, teria que se viabilizar técnica, administrativa e economicamente nas condições de mercado, o que a desfigura por executar a EMATER, como empresa pública, atividades típicas na administração pública ao Estado. Daí porque propor-se a transformação da “Empresa Pública” EMATER-Paraná, em “Autarquia”, mantendo-se os objetivos principais, embora com finalidades mais específicas e melhor definidas.

Tal anteprojeto conduz-nos também, dentre outras questões técnicas, à solução de aspectos afetos a pessoal, à aplicabilidade das convenções coletivas, às questões atinentes ao repasse de recursos a esta empresa pública EMATER para a sua manutenção e, em consequência à Lei de Responsabilidade Fiscal. Estes e outros fatos e o convívio com tais problemas há longos anos, conduz-nos à conclusão de que a solução a ser alcançada será pela mudança da personalidade jurídica da citada empresa pública.

Com esta medida perderá o Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado do Paraná - SESCAP, a representatividade sindical sobre os empregados públicos da EMATER, por força da inadmissibilidade de representação mista, ou seja, de esfera privativa e de servidores públicos, por se constituírem em regimes jurídicos distintos.

Tal condição não a impedirá, porém, da representatividade específica para representá-los, condicionada,

todavia, à estipulação de cláusulas convencionais a alcançarem interesses específicos desta categoria econômica de trabalhadores, devendo formar-se pelo desmembramento de um sindicato, como assim dispõe o artigo 571 da CLT.

Para que tal desmembramento ocorra é requisito essencial a deliberação soberana dos empregados públicos da EMATER, condição esta já demonstrada.

Quanto à relação empregatícia, se adotado for o regime celetista, ou, ainda, se estabelecido for o quadro de pessoal em extinção, os seus empregados e a situação contratual, no âmbito do direito do trabalho, em nada será alterada, sendo desnecessário novo concurso público, tendo em vista o artigo 10 da Consolidação das Leis do Trabalho que prevê que “qualquer alteração na estrutura jurídica da empresa não afetará os direitos adquiridos por seus empregados”, corroborado pelo artigo 448, determinando que “a mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa não afetará os contratos de trabalho dos respectivos empregados”. Trata-se, em verdade, da aplicação do princípio da continuidade da empresa em face da despersonalização do empregador, deixando a salvo os direitos do trabalhador e seu contrato.

Deste modo, escudado nas premissas de que o desenvolvimento rural, o incremento da produtividade, a renda agrícola, o acesso à tecnologia pelo produtor rural são preocupações permanentes desta Administração Pública, é que tomamos a liberdade de submeter à apreciação de V. Exa. o incluso anteprojeto de lei.”

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - A Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/PR, criada pela Lei Estadual nº 6969, de 26 de dezembro de 1977, fica transformada em Autarquia sob a denominação de Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, integrante da Administração Indireta do Estado, conforme dispõe o artigo 7º, inciso I da Lei nº 8485, de 03 de junho de 1987.

Art. 2º - O Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER tem por finalidade promover o desenvolvimento tecnológico, sócio-econômico, político e cultural da família rural e seu meio, atuando em conjunto com a população rural e suas organizações.

Art. 3º - Ficam transferidos da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural -

EMATER, todos os direitos, créditos e obrigações decorrentes de lei, atos administrativos, contratos ou convênios existentes, bem como suas respectivas receitas.

Art. 4º - Ficam extintos os cargos de Diretor-Presidente, de Diretor Administrativo e de Diretor Técnico da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/PR.

Art. 5º - Ficam criados no Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, os seguintes cargos de provimento em comissão:

I - 01 (um) cargo de Diretor-Presidente, símbolo DAS-1;

II - 02 (dois) cargos de Diretor, símbolo DAS-3.

Art. 6º - O patrimônio, a receita, os saldos orçamentários e os funcionários são transferidos para a Autarquia transformada.

Art. 7º - O Regulamento do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER fixará atribuições, competência, estrutura organizacional e demais condições para seu funcionamento, respeitadas as determinações legais cabíveis, a serem aprovadas por ato do Chefe do Poder Executivo, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data da publicação da presente lei.

Art. 8º - O Poder Executivo fica autorizado a abrir um crédito adicional, até o limite dos saldos apurados no orçamento da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/PR, aprovado pela Lei Estadual nº 14.275, de 29 de dezembro de 2003, em conformidade com a Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, visando implementar a presente lei.

Art. 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário.
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 037/2004

Curitiba, 08 de dezembro de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei complementar, que, nos termos do artigo 27, IX, da Constituição Estadual, visa estabelecer os casos de contratação de pessoal, por tempo determinado, para atendimento de necessidades temporárias de excepcional interesse público, atendidas as condições que especifica.

Trata-se de novo texto, que é apresentado em substituição a plano de lei complementar anterior, consubstanciado na Mensagem nº 18/2004, que tramitou como Projeto de Lei nº 288/2004, sobre o mesmo assunto e que

já havia merecido apreciação por parte dos setores administrativos, orçamentários e jurídicos do Poder Executivo.

O projeto oriundo da Mensagem 18/2004 foi retirado de pauta, após ampla discussão de seus termos entre os Srs. Deputados e a Secretaria de Estado da Administração e Previdência. Naquela oportunidade foram feitas diversas observações pelos integrantes dessa Casa de Leis, bem como por parte do Tribunal de Contas do Estado, o que gerou a necessidade de novos estudos para que fossem compatibilizados os pontos objeto de questionamentos com as reais necessidades ocorridas, na prática e no cotidiano da administração pública estadual.

A nova proposta incorpora em grande parte estas sugestões, afastando os pontos que geraram maior polêmica mais conservam outros aspectos da proposta originária que, no entendimento dos técnicos da Secretaria de Estado da Administração, estão mais condizentes com a realidade e a prestação dos serviços públicos estaduais, tomando como norte, por outro lado, a Lei Federal 8745/93 e suas alterações.

Acresce salientar que no lapso decorrido entre as discussões do Projeto 288/2004 e a elaboração de nova mensagem, o Supremo Tribunal Federal acabou por julgar o mérito de Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.210/Paraná, decorrente de representação movida pelo Ministério Público do Trabalho paranaense, em face dos termos das Leis Estaduais 9198/90 e 10.827/94, que até então estavam a embasar as contratações temporárias que se fizeram urgentes e necessárias no âmbito da administração pública estadual.

Assim sendo, os termos da legislação que agora é apresentada também consideram o resultado de pronunciamento da Corte Constitucional que, em linhas gerais, afastou o diploma legislativo estadual entendendo que as contratações a que aludem os artigos 37, IX da Carta Federal e 27, IX da Constituição Estadual devem: a) ter fixadas em lei as hipóteses em que estão autorizadas, vedada a delegação legislativa ou regulamento, neste particular; b) ter prazo e tempo determinado; c) ocorrer apenas temporariamente em casos de interesse público excepcional. Procura, por outro vértice, seguir a orientação do Ministro Relator Carlos Velloso que, ao apreciar o mérito da questão, entendeu como válida, constitucional e adequada a legislação federal que hoje vigora para embasamento às contratações exigidas em situação de excepcional interesse público.

Pelas razões antes expostas a apreciação e aprovação da medida proposta são providências necessárias a preencher a lacuna legislativa que se criou a partir do julgamento da ação direta por parte do Supremo Tribunal Federal, para embasar as contratações temporárias que se façam urgentes e necessárias no âmbito administrativo estadual, dentro dos preceitos constitucionais vigentes relativos aos servidores públicos e seu regime jurídico.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º - Para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, os órgãos da Administração Direta e Autarquias do Poder Executivo poderão efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições, prazos e regime especial previstos nesta lei.

Parágrafo Único - As contratações a que se referem o *caput* deste artigo dar-se-ão sob a forma de contrato de regime especial.

Art. 2º - Consideram-se como de excepcional interesse público as contratações por tempo determinado que visam:

I - atender à situação de calamidade pública;

II - combater surtos epidêmicos;

III - promover campanhas de saúde pública que não sejam de caráter contínuo, mas eventuais, sazonais, temporárias ou imprevisíveis, por fato alheio à vontade da administração pública;

IV - atender às necessidades relacionadas com a infra-estrutura e serviços públicos de apoio considerados, por fato alheio à vontade administrativa, necessários ao plantio, colheita, armazenamento e distribuição de safras agrícolas;

V - admitir pesquisador e professor visitante e/ou estrangeiro;

VI - atender ao suprimento de docentes na rede estadual de ensino e nas Instituições Estaduais de Ensino Superior nas hipóteses previstas na presente lei complementar;

VII - atender ao suprimento de pessoal especializado nas áreas de saúde e segurança pública, nas hipóteses previstas na presente lei complementar;

VIII - realizar serviços emergenciais em rodovias estaduais, federais e municipais, sendo que nos dois últimos casos será exigível a celebração de prévio convênio ou instrumento congênere na forma da legislação em vigor;

IX - realizar pesquisas estatísticas de campo;

X - realizar atividade de vigilância e inspeção, relacionada à defesa agropecuária, no âmbito da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, para atendimento de situações emergenciais ligadas ao comércio de produtos de origem animal ou vegetal ou de iminente risco à saúde animal, vegetal ou humana, bem como realizar a defesa e proteção ambiental através do fomento, execução de obras, fiscalização e monitoramento;

XI - atender às necessidades relacionadas ao segmento de pesquisa agropecuário no que se relaciona a trabalho de campo. Entende-se por trabalhos de campo: preparo do solo, capina, plantio, aplicação de defensivos e corretivos, tratos culturais, seleção, avaliação, cruzamento de plantas, testes de vigor, colheita da área agrí-

cola, cruzamento, avaliação, nutrição, manejo, fertilidade, vacinação, inseminação, controle de doenças do rebanho animal;

XII - pessoal técnico especializado ou operacional, para realização, elaboração e execução de projetos, serviços e obras decorrentes de termos de cooperação, ajuste, convênio ou similar, com prazos determinados, bem como implementados mediante acordos internacionais ou de âmbito federal, desde que haja em seu desempenho subordinação do contratado ao órgão ou entidade pública, vedado o aproveitamento dos contratados em qualquer outra área da administração estadual.

§ 1º - A contratação de professores e de pessoal nas áreas a que se refere o inciso VII do artigo 2º será efetivada exclusivamente para suprir a falta de docente e servidores de carreira decorrente de aposentadoria, demissão, exoneração, falecimento, afastamento para capacitação e nos casos de licenças legalmente concedidas.

§ 2º - A contratação decorrente de vacância ou insuficiência de cargos, será realizada pelo prazo suficiente à criação ou ampliação de cargos, realização do respectivo concurso público e desde que inexistente concurso público em vigência para os respectivos cargos.

§ 3º - As contratações de professores afastados para capacitação ficam limitadas a dez por cento do total de cargos de docentes da carreira constante do quadro de lotação da instituição.

Art. 4º - O recrutamento do pessoal a ser contratado nos termos desta lei será feito mediante processo seletivo simplificado sujeito a ampla divulgação, inclusive através do Diário Oficial do Estado, prescindindo de concurso público.

§ 1º - Os aprovados deverão apresentar atestado de saúde, expedido por médico registrado no Conselho Regional de Medicina do Paraná, considerando-o apto para o exercício da função, objeto da contratação.

§ 2º - A contratação para atender às necessidades decorrentes de calamidade pública prescindirá de processo seletivo.

§ 3º - Somente ocorrerá a contratação baseada na alta qualificação (notória capacidade técnica ou científica do profissional), na situação prevista no inciso V, do artigo 2º, mediante a apresentação do título/diploma expedido por Universidade de Ensino Superior devidamente credenciada e apta a tal, conforme legislação para a matéria.

§ 4º - A definição de processo seletivo simplificado deverá ser regulamentada, no prazo de 90 (noventa) dias após a publicação da presente lei, atendidos os seguintes pressupostos mínimos de validade:

I - ampla publicidade, inclusive da motivação da necessidade das contratações;

II - estabelecimento de critérios objetivos de julgamento e avaliação, a serem estabelecidos no edital de convocação;

III - inexistência de critérios que dificultem a recorribilidade das decisões da comissão de avaliação e julgamento, por parte dos candidatos, bem como pelo controle externo e social;

IV - vinculação às regras do edital e à classificação final do certame.

§ 5º - O processo seletivo simplificado terá as suas características regulamentares adequadas às características e motivos das contratações, admitida sua natureza sumária apenas para os casos de emergência e urgência.

Art. 5º - As contratações serão feitas por tempo determinado, observando-se os seguintes prazos:

I - seis meses, no caso dos incisos I e II do artigo 2º;

II - doze meses, nos casos dos incisos III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII do artigo 2º.

§ 1º - Permanecendo a necessidade que gerou a contratação na forma da presente lei, os prazos estabelecidos neste artigo poderão ser prorrogados por uma única vez e até o prazo previsto no contrato original, desde que não ultrapasse o limite máximo de 2 (dois) anos fixados pela alínea “b” do inciso IX, do artigo 27, da Constituição Estadual.

§ 2º - As prorrogações devem ser formalizadas em termo aditivo ao contrato inicial e encaminhadas para autorização governamental, no prazo máximo de 30 (trinta) dias do termo final de vigência do contrato e plenamente demonstrada a necessidade de prorrogação da contratação nos termos desta lei.

Art. 6º - As contratações na forma da presente lei somente poderão ser feitas com estrita observância do artigo 137 da Constituição Estadual bem como dos limites de gastos com pessoal e mediante prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo.

§ 1º - O *caput* do presente artigo não se aplica às contratações temporárias vinculadas a convênio ou termo de cooperação com prazo determinado, que contenha repasse de recursos para o pagamento do pessoal envolvido nas atividades, e desde que a receita não integre a receita corrente líquida, considerando-se apenas como gastos de pessoal o valor excedente ao considerado nos planos de aplicação dos recursos objeto de convênios ajustes e termos de cooperação.

§ 2º - As contratações deverão ser solicitadas pelos Secretários de Estado, através de ofício dirigido ao Chefe do Poder Executivo, contendo:

I - justificativa pormenorizada sobre a necessidade da contratação nos termos do inciso IX do artigo 27 da Constituição Estadual;

II - caracterização da temporariedade do serviço a ser executado nos termos desta lei;

III - peculiaridades relativas às funções a serem exercidas pelos contratados na forma desta lei, como a carga horária semanal ou número de horas/aulas, salário e/ou contraprestação, local da prestação do serviço e possíveis necessidades de deslocamento da sede e

necessidade de pagamento de gratificações decorrentes da natureza da atividade a ser desenvolvida;

IV - a estimativa de custos da contratação, a origem e a disponibilidade dos recursos financeiros e orçamentários necessários às contratações;

V - pronunciamentos das Secretarias de Estado da Administração e da Previdência, da Fazenda, do Planejamento e da Casa Civil da Governadoria:

a) a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência emitirá informações técnicas sobre a função a ser desenvolvida, salário e/ou contraprestação, bem como sobre a necessidade da contratação dentro do previsto na presente lei;

b) a Secretaria de Estado da Fazenda emitirá informação sobre o impacto financeiro das solicitações, bem como sobre a disponibilidade financeira de recursos para a realização das contratações solicitadas, em obediência às disposições constitucionais;

c) a Secretaria de Estado do Planejamento emitirá informações quanto ao Orçamento e Programação.

§ 2º - Os órgãos ou entidades contratantes deverão encaminhar à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência relatório pormenorizado das contratações efetivadas para controle da aplicação do disposto nesta lei e da força de trabalho.

Art. 7º - É proibida a contratação, nos termos desta lei, de servidores da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo Estadual.

§ 1º - Excetua-se do disposto no *caput* deste artigo, a contratação para as funções de professor nas Instituições Estaduais de Ensino e do Quadro Próprio do Magistério, respeitadas as disposições dos incisos XVI e XVII do artigo 27 da Constituição Estadual.

§ 2º - Sem prejuízo da nulidade do contrato, a infração ao disposto neste artigo importará na responsabilidade administrativa da autoridade contratante e do contratado, inclusive em solidariedade quanto à devolução dos valores pagos ao contratado, desde que apurada a concorrência deste.

Art. 8º - A remuneração do pessoal contratado, nos termos desta lei, será fixada:

I - nos casos do inciso V, do artigo 2º, em importância não superior ao valor da remuneração fixada para os servidores de final de carreira das mesmas categorias, nos planos de retribuição e nos quadros de cargos e salários do órgão ou entidade contratante;

II - nos casos dos incisos I, II, III, IV, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII do artigo 2º, em importância não superior ao valor da remuneração inicial constante dos planos de retribuição ou nos quadros de cargos e salários do serviço público, para servidores que desempenham funções semelhantes, ou, não existindo a semelhança, às condições do mercado de trabalho;

III - no caso dos incisos IV, IX, XI do artigo 2º, o valor da remuneração poderá ser fixada por unidade

produzida, desde que não extrapole o teto fixado pelo inciso II deste artigo.

Parágrafo Único - Para efeito deste artigo, não se consideram as vantagens de natureza individual dos servidores ocupantes de cargos tomados como paradigma.

Art. 9º - O pessoal contratado nos termos desta lei fica vinculado obrigatoriamente ao Regime Geral de Previdência Social cujas contribuições devem ser recolhidas durante a vigência da contratação.

Art. 10 - Aplica-se ao pessoal contratado nos termos desta lei os seguintes direitos:

I - os arrolados no artigo 34 da Constituição Estadual, exceto o previsto nos incisos XVII, XIX e XX;

II - auxílio-alimentação, na forma da lei;

III - auxílio ou vale-transporte, na forma da lei;

IV - afastamentos decorrentes de:

a) casamento até 5 (cinco) dias;

b) luto por falecimento do cônjuge, filho, pai, mãe e irmão até 5 (cinco) dias;

V - licença para tratamento de saúde e acidente de trabalho na forma da legislação previdenciária aplicável ao regime geral;

VI - direito de petição na formação prevista pelos artigos 261 a 263 da Lei nº 6.174/70.

Art. 11 - O direito de requerer prescreve nos prazos previstos no artigo 265 da Lei nº 6.174/70.

Art. 12 - São deveres dos contratados, na forma da presente lei, os incisos I a XV e XVII do artigo 279, da Lei nº 6.174/70.

Art. 13 - Ao contratado na forma da presente lei é vedada a prática de atos previstos nos incisos II a XXI do artigo 285, da Lei nº 6.174/70.

Art. 14 - O pessoal contratado nos termos desta lei não poderá:

I - receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;

II - ser novamente contratado com fundamento nesta lei, antes de decorridos vinte e quatro meses do encerramento do contrato anterior.

Parágrafo Único - A inobservância do disposto neste artigo importará em nulidade do contrato sem prejuízo da responsabilidade administrativa das autoridades envolvidas na transgressão.

Art. 15 - As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos desta lei serão apuradas mediante averiguação sumária apurada mediante sindicância pelo órgão a que estiver vinculado o contratado, com prazo de conclusão máximo de 30 (trinta) dias, assegurado o contraditório e ampla defesa.

Art. 16 - O contratado na forma da presente lei responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições, aplicando-se aos contratados na forma da presente lei as prescrições do artigo 287 e seu parágrafo 2º e artigo 290, da Lei nº 6.174/70.

Art. 17 - Os contratados na forma desta lei sujeitam-se às seguintes penalidades:

I - advertência, aplicada verbalmente em caso de mera negligência;

II - repreensão, aplicada por escrito, em caso de desobediência ou falta de cumprimento dos deveres e reincidência em falta de que tenha resultado na pena de advertência;

III - rescisão da contratação, nos termos desta lei, no caso de incidência de qualquer das hipóteses previstas no inciso V do artigo 293, da Lei nº 6.174/70.

§ 1º - É motivo de rescisão da contratação, nos termos desta lei, a ausência ao serviço por mais de 7 (sete) dias úteis, consecutivos, sem motivo justificado.

§ 2º - É também motivo de rescisão da contratação, nos termos desta lei, a nomeação ou designação do contratado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança em qualquer das esferas de governo.

§ 3º - Em caso de afastamentos a que se referem os incisos IV e V do artigo 10 da presente lei, os contratados deverão apresentar justificativa ao órgão com antecedência mínima de 24 horas nos casos previstos na alínea "a", do inciso IV e no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após a ocorrência, nas situações previstas no inciso V e na alínea "b" do inciso IV do artigo 10, apresentado o documento de justificativa na data do retorno ao trabalho, sob pena de rescisão contratual.

Art. 18 - O contrato firmado de acordo com esta lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

I - pelo término do prazo contratual;

II - por iniciativa do contratado.

§ 1º - A extinção do contrato, nos casos do inciso II, será comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 2º - A extinção do contrato, por iniciativa do órgão ou entidade contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado, de indenização correspondente à metade do que lhe caberia até o término do contrato.

Art. 19 - As contratações para atender à necessidade temporária do excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do artigo 27, da Constituição Estadual, efetivadas anteriormente à publicação desta lei, terão 120 (cento e vinte) dias para se adequarem a este regime especial.

Parágrafo Único - Ficam mantidas as contratações previstas no inciso IX, do artigo 27, da Constituição Estadual, efetivamente e autorizadas em exercícios ante-

riores, que ainda se encontram em vigência, até o término do prazo estipulado.

Art. 20 - Efetivada a contratação autorizada por esta lei, o órgão responsável encaminhará a respectiva documentação ao Tribunal de Contas do Estado, para fins de registro nos termos do inciso III do artigo 75 da Constituição Estadual.

Art. 21 - A contratação nos termos desta lei não confere direitos nem expectativa de direito à efetivação no serviço público estadual.

Art. 22 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o artigo 349 e parágrafos, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 038/2004

Curitiba, 08 de dezembro de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação ao parágrafo 4º, do artigo 4º, da Lei nº 13.212, de 29 de junho de 2001, acrescido pela Lei nº 13.412, de 26 de dezembro de 2001.

A alteração do supracitado dispositivo é de indiscutível conveniência e necessidade, eis que visa ensejar condições no sentido de que sejam corrigidas distorções na execução de tal norma legal.

A adiante transcrita justificativa elaborada pela Secretaria de Estado da Fazenda demonstra, com o devido detalhamento, o elevado interesse público na adoção da medida ora proposta:

“O presente anteprojeto de lei tem por objetivo corrigir distorções econômicas presentes no agronegócio do couro, nascidas a partir da concessão de benefícios fiscais (crédito presumido) aos abatedouros de gado bovino e bubalino, que trazem prejuízo às empresas do setor sediadas neste Estado.

O Sindicato da Indústria e Curtimento de Couro e Peles do Estado do Paraná - SICPPAR, expôs, em correspondência encaminhada à Coordenação da Receita do Estado, que os curtumes instalados no Paraná tem capacidade instalada em torno de 50% superior à oferta da matéria-prima existente neste Estado.

Ressaltou que o regime fiscal atual estimula que os frigoríficos vendam matéria-prima (couro), preferencialmente, para fora do Estado, e que algumas unidades federadas produtoras desta matéria-prima vêm tributando o couro verde, salgado ou salmourado, com base em pauta fiscal, aplicando valores muito acima da realidade do mercado. Com este procedimento, criam uma verdadeira barreira fiscal para que esta matéria-prima permaneça em seus Estados de origem.

Estas duas realidades trazem aos curtumes deste Estado dificuldade na aquisição de matéria-prima, seja em operação interna ou interestadual.

Ainda, de acordo com o SICPPAR, cerca de 50% do couro verde produzido no Estado do Paraná é comercializado com outros Estados (principalmente São Paulo e Rio Grande do Sul).

Devido ao crédito presumido concedido aos abatedouros ou encomendantes do abate (artigo 4º da Lei nº 13.212/2001), os quais destacam o ICMS na nota fiscal aplicando a alíquota de 12%, entretanto somente recolhem sobre o percentual de 5%, existe, atualmente, neste Estado, uma defasagem de 75% entre a disponibilidade e a necessidade de couro verde, para o abastecimento do setor coureiro do Estado, o qual necessita adquirir, no mercado externo, cerca de 12 mil couros/dia.

Por fim, o SICPPAR destacou que, com a atual legislação tributária deste Estado, favorecendo a saída da matéria-prima sem valor agregado, esta discrepância aumenta ainda mais.

O Estado do Paraná é um dos únicos Estados da Federação que possui uma legislação que incentiva saída de couro verde, salgado ou salmourado, praticamente sem recolhimento do ICMS, por parte dos abatedouros, os quais têm interesse em vender o couro verde, resultante quase que exclusivamente do abate de gado bovino, para outros Estados, pois cobram de seus clientes, embutido no preço, 12% de ICMS, mas recolhem apenas 5%, em função de crédito presumido que lhes é concedido pela Lei nº 13.212/2001.

Ainda se considerarmos que os abatedouros podem manter, proporcionalmente às saídas interestaduais, diversos créditos relativos às entradas, cumulativamente com o crédito presumido por estas saídas, praticamente não há recolhimento aos cofres de nosso Estado, quando da saída de couro verde ou salgado para outros Estados.

Entretanto, os curtumes, quando da saída de couro, não possuem benefícios fiscais, sendo que, o Estado do Rio Grande do Sul, com base em Instrução Normativa editada naquele Estado, ainda glosa parte do crédito fiscal deste produto de origem paranaense.

Em face da situação exposta, verificamos que, com a manutenção do benefício do crédito presumido sobre as saídas de couro realizadas pelos abatedouros, outro setor importante da economia deste Estado está sendo fortemente prejudicado, pois não consegue competir, em condições de igualdade com os curtumes instalados em outros Estados, principalmente pelo interesse de nossos abatedouros em vender sua produção para empresas sediadas em outras unidades federadas, pois destacam, em suas notas fiscais, 12% do imposto, e recolhem muito menos, sendo que, se venderem estas mesmas mercadorias no mercado interno, estas sairão ao abrigo do deferimento, não havendo imposto embutido no preço, e tal dificuldade em adquirir o couro de outros Estados, em razão da aplicação de duas pautas fiscais absurdas, uma para operações internas e outra para saídas interestaduais

(cujo valor chega a ser até cerca de 80% superior em relação às operações internas).

Os dados apresentados pelo SICPPAR mostram que os curtumes do Paraná têm condições de processar todo o couro aqui produzido, uma vez que estão operando com capacidade ociosa. Assim, não haveria lógica em estimular a saída de couro para outros Estados, praticamente sem tributação, gerando o desabastecimento dos curtumes deste Estado.

Com base nos dados anteriormente apresentados, a alteração proposta na Lei nº 13.212/2001, retira, do estabelecimento de frigorífico que realizar o abate de gado bovino, bubalino ou suíno, ou aquele que tenha encomendado este abate, o crédito presumido sobre as operações de saídas de couro, pele e produtos deles resultantes.

Entretanto, como a principal justificativa da Lei nº 13.212/2001 foi dar aos abatedouros paranaenses um tratamento isonômico em relação àqueles estabelecidos em outras unidades federadas e, como estes se encontram em situação privilegiada em relação aos demais, no que se refere às saídas de couro verde, salgado ou salmorado, percebe-se que o espírito da lei ainda seria mantido.

Ressalte-se que os estabelecimentos abatedouros sediados em outras unidades federadas não possuem qualquer benefício semelhante ao oferecido pelo Estado do Paraná, em relação aos produtos em questão.

Do ponto de vista, esta proposta não tem fito de aumento direto de arrecadação, apenas de, como já mencionado, corrigir distorções existentes neste setor produtivo e recolocar os curtumes paranaenses em condições de competitividade com aqueles estabelecidos em outras unidades federadas.”

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O parágrafo 4º do artigo 4º da Lei nº 13.212/2001, de 29 de junho de 2001, acrescido pela Lei nº 13.412, de 26/12/2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 4º - O benefício previsto neste artigo não se aplica:

I - às operações de saídas de couro, de pele e dos produtos deles resultantes;

II - às operações de saídas destinadas ao exterior.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

Ofício:

Sob os nºs 1167 a 1169/2004, do Sr. José Henrique Paim Fernandes, Presidente do FNDE, informando liberação de recursos financeiros para o Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, para os Programas PNAC-PNAE CRECHE e PNAI-PNAE INDÍGENA. **Ao conhecimento da Casa.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2236

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 08.12.2004.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 2237

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a antecipação da Sessão Ordinária do dia 09 de dezembro (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária de quarta-feira.

Sala das Sessões, em 08.12.2004.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 2249

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, para investigar possível irregularidade na gestão do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, composta por 11 (onze) membros, com duração de 120 (cento e vinte) dias.

A justificativa para a constituição da CPI respalda-se em irregularidades relativas à celebração e contratos de empréstimos entre o Estado e empresas privadas (especialmente Renault do Brasil e Volkswagen Audi); onde foram empregados recursos do FDE, com extenso prazo para pagamento, sem incidência de juros ou correção monetária, traduzindo-se em transferência de dinheiro público para a iniciativa privada de forma irregular. Mister se faz necessário a referida investigação tendo em vista que outros casos semelhantes podem ser identificados.

Sala das Sessões, em 08.12.2004.

(a) NEIVO BERALDIN

Apoiamento:

Ratinho Júnior, Nereu Moura, Augustinho Zucchi, Artagão Júnior, Antonio Anibelli, Tadeu Veneri,

Reni Pereira, Marcos Isfer, Arlete Caramês, Luiz Nishimori, Francisco Bühner, Chico Noroeste, José Maria Ferreira, Rafael Greca, Luciana Rafagnin, Ailton Araújo, Barbosa Neto, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Cleiton Kielse, Pastor Edson Praczyk, Cida Borghetti, Delegado Bradock, Renato Gaúcho, Waldir Leite, Mauro Moraes e 01 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

Os recursos do FDE foram, em inúmeras oportunidades, utilizados para induzir o desenvolvimento do Paraná.

Lamentavelmente em alguns casos foi verificada situação diametralmente oposta, onde os recursos foram utilizados de forma lesiva ao erário.

Casos exemplificados e emblemáticos são operações de créditos junto às empresas Renault do Brasil e Volkswagen Audi, financiadas pelo FDE com a participação da Paraná Desenvolvimentos S/A.

O Estado do Paraná, através do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, concedeu vários financiamentos à Renault do Brasil Automóveis S.A. no valor total de R\$ 8.770.412.70, para pagamento no prazo de 10 (dez) anos contados da data da liberação dos créditos, pelo valor nominal, sem correção monetária, sem juros e sem quaisquer comissões ou encargos.

Trazido a valor presente, chega-se em pouco mais de 2 milhões e 800 mil reais, ou seja, o restante, quase 6 milhões de reais, correspondem a subsídio concedido gratuitamente pelo FDE à Renault do Brasil Automóveis S.A., em prejuízo do Estado do Paraná, conforme consta do Relatório da CPI.

Além deste empréstimo, a Paraná Desenvolvimento S.A., com recursos do FDE adquiriu, participação de 40% no capital social da Renault, no valor de R\$ 136.208.470,00.

O Contrato de Subscrição e Acordo de Acionistas, datado de 11 de julho de 1996, o FDE compromete-se a não alienar a participação societária por um período de 11 (onze) anos contados a partir daquela data.

Ainda, que qualquer negociação, mesmo após o término desse prazo, só poderá ser realizada com a autorização da Renault do Brasil, que segundo o acordo tem o direito de preferência para a aquisição das ações.

Ora, a empresa beneficiária dos incentivos é de capital fechado, o que dificulta o acompanhamento de suas ações estratégicas.

De forma semelhante aos financiamentos concedidos à RENAULT, o FDE concedeu financiamentos à Volkswagen do Brasil Ltda, no valor total de R\$ 137.030.396,00, para pagamento em parcela única no prazo de 26 (vinte e seis) anos contados da data da liberação da primeira parcela de recursos, pelo valor nominal, sem correção monetária, sem juros e sem quaisquer comissões ou encargos.

Como nos contratos com a Volkswagen do Brasil Ltda. o prazo é bem maior que nos financiamentos da Renault, os prejuízos para o Estado do Paraná foram pro-

porcionalmente maiores em relação ao total dos recursos liberados.

Se aplicada a mesma taxa de desconto de 12% ao ano pelo prazo de vigência dos contratos, o valor presente dos R\$ 137.030.396,00 liberados, na data da sua concessão, equivale a apenas R\$ 7.196.947.31, o que significa que do total dos recursos liberados R\$ 129.833.448,69 correspondem a subsídio concedido à Volkswagen, em prejuízo do Estado, através da Paraná Desenvolvimento.

REQUERIMENTO Nº 2238

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos à família Guzzo, em nome da Sra. Alítie Guzzo e os filhos Rodrigo, Elizângela Tatiane por ocasião da comemoração de 25 anos da empresa Armazéns Gerais Itapejara Ltda, com sede no Município de Quedas do Iguaçu, fundada em 1979 pelo patriarca da família Sr. Értile Antoninho Guzzo, falecido em 1983.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à família Guzzo, no endereço: Rua Seringueira, 1732, Bairro Progresso, Município Quedas do Iguaçu-PR; CEP: 85.460-000.

Sala das Sessões, em 08.12.2004.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem a finalidade de congratular-nos com a família Guzzo pela coragem e determinação de consolidar a empresa Armazéns Gerais Itapejara Ltda, sediada no Município de Quedas do Iguaçu que na data de 07 de dezembro comemorou seus 25 anos de fundação, marcado pelo trabalho sério e competente, e a consciência de seu dever comercial e social.

A empresa Armazéns Gerais Itapejara Ltda, nasceu em 1979, a partir de um sonho de um homem, o patriarca da família Sr. Értile Antoninho Guzzo, falecido em 1983, mas que deixou à família um legado, o de sempre acreditar na força da agricultura regional e no respeito às pessoas que trabalham a terra.

Ao longo de seus 25 anos a empresa consolidou-se como destaque no segmento agrícola, em recepção e comercialização de grãos.

Para o crescimento e fortalecimento do segmento em que está inserida, a empresa trabalha seguindo a filosofia que passou de pai para filho: humildade e dedicação para com seus clientes, e comprometimento em oferecer serviços de qualidade, que fazem da relação empresa-cliente uma parceria de sucesso.

A empresa Armazéns Gerais Itapejara Ltda, com sede em Quedas do Iguaçu é administrada pela Sra. Alítie Guzzo e seus filhos Rodrigo, Elizângela e Tatiane, que iniciaram uma nova fase de trabalho percebendo a

necessidade de tornar a empresa mais competitiva no cenário nacional e internacional.

A qualidade do sistema de recepção e comercialização de produtos agrícolas, bem como o aperfeiçoamento de tecnologias e qualidade profissional, são ações de extrema importância dentro do marketing da empresa e que impulsionaram também a reformulação de seu nome passando a denominar-se Terra Comércio e Exportação Ltda em solenidade no dia 07 de dezembro de 2004.

Através do presente, parabenizamos a Família Guzzo, pela consolidação da empresa familiar, que ao longo de 25 anos e muito trabalho e dificuldades sempre buscou atender seu público com serviços de qualidade e com grande respeito ao agricultor, o que certamente contribuiu sobremaneira para o fortalecimento da agricultura paranaense.

REQUERIMENTO Nº 2240

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER envio de votos de congratulações aos Diretores Gustavo Garcia Cid e José Paulo Garcia Pedriali e funcionários pelo 70º aniversário da empresa Viação Garcia.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia no endereço Rodovia Celso Garcia Cid, 1.100 Centro; CEP: 86.039-000 - Londrina/PR.

Sala das Sessões, em 08.12.2004.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

Cruzando estradas de terra, começa a história da Viação Garcia. São mais de 6 décadas marcadas de pioneirismo e dedicação. Após a geada de 1975, o ciclo da cafeicultura encerraria sua fase de euforia, mas a empresa já estaria então firmemente implantada em todas as novas regiões, a partir de Londrina, acompanhando “na frente” o grande ciclo de colonização, desde a chegada dos pioneiros de Londrina até o nascimento de dezenas de novas cidades.

A Viação Garcia é concessionária pública por mérito histórico, sempre com responsabilidade e zelo constante pela qualidade.

A Assembléia Legislativa, por intermédio desta Deputada, cumpre o dever de homenagear a Viação Garcia pela sua história e tradição.

REQUERIMENTO Nº 2241

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos às alunas: Ana Cláudia Prudêncio - 18; Andri-

ellen Cortez de Paula - 16; Érica Antônia Caetano - 16; Fernanda de Souza Sokolovski - 17; Flávia Cristina de Assis - 16; Francislene Adriana Batistela Titto - 17; Patrícia Andrade de Souza - 16; Thays Pretti de Souza - 18; Simone Cristina de Santana - 16; às professoras: Edna Mauricio Aranha, Maria de Fátima Dias Fernandes e ao Diretor, professor Aduino da Silva.

As 09 (nove) alunas, as 02 (duas) professoras e o Diretor, todos integrantes do Colégio Estadual do Jardim Independência do Município de Sarandi, Estado do Paraná, merecem os votos e os aplausos desta Casa Legislativa, pois receberam o prêmio - “Viagem Nestlé Pela Literatura” - do 1º (primeiro) lugar do Sul do País na categoria do ensino médio, com o tema “**Ler: Compreender o Mundo**”.

Sala das Sessões, em 08.12.2004.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

O trabalho das 09 (nove) alunas sobre o tema “Ler: Compreender o Mundo”, conquistou o 1º (primeiro) lugar do Sul do País na categoria do ensino médio, concorrendo com 12 (doze) mil escolas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação traz como sugestão os parâmetros curriculares que englobam a premiação recebida na categoria pesquisando sobre literatura e história.

Foram analisados pelas alunas, para a elaboração do texto modernista que concorreu ao prêmio, obras de Portinari, poesias de Carlos Drummond de Andrade, crônica de Guilherme de Almeida e música do Capital Inicial, Cazuza e Zé Geraldo.

Cada aluna recebeu como prêmio, R\$ 1.000,00 (um mil reais) e as professoras orientadoras do projeto, R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) cada uma.

Segundo o Diretor do Colégio, a Escola tem implantado, há algum tempo, o projeto “Por uma Escala 10”, cujo objetivo é fazer com que os alunos experimentem novas práticas de ensino, aproveitem os 40 (quarenta) minutos de intervalo entre as aulas e que haja maior integração entre professores e alunos, diminuindo assim, os índices de violência na escola.

Tal projeto já foi visitado por Diretores de outras escolas locais e regionais, interessados em conhecer e implantá-lo.

Os votos de congratulações e aplausos, são pelo empenho e esforço que os premiados dedicaram para conseguir tal premiação, demonstrando assim, a toda a sociedade estudantil paranaense, que o ensino não só traz conhecimento para os estudantes, mas prêmios e reconhecimento que são perenes.

A matéria da premiação foi publicada no Jornal - O Diário do Norte do Paraná - com sede no Município de Maringá, na data de 07 de dezembro de 2004, jornal intitulado de “Um Jornal a Serviço da Cidadania”, nº 9.483, página 05.

Por tudo isso e, principalmente, pela iniciativa inovadora, da Escola Estadual, de implantar uma nova forma

de complementar o aprendizado e diminuição de violência na própria Escola, que culminou merecidamente na premiação recebida, é que os agraciados pelo prêmio de 1º lugar, merecem com apoio tal manifestação da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2244

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o registro de votos de congratulações ao Pastor José Anunciação dos Santos em comemoração dos seus 38 anos de Pastorado na Igreja Assembléia de Deus em Campo Mourão, e pelos 50 anos de casamento com a Sra. Irene de Moura dos Santos.

Sala das Sessões, em 08.12.2004.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2234

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Ernestino Pereira Barros.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.12.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2235

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Ygor K. de Siqueira.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.12.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2242

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem, mui respeitosamente, REQUERER a essa Presidência, voto de louvor aos atletas de União da Vitória, Marcos Capistrano e Elizângela Ferreira de Oliveira que venceram a 1ª corrida noturna de Curitiba realizada no último dia 04 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 08.12.2004.

(a) ARLETE CARAMÊS

JUSTIFICATIVA:

O casal Marcos Capistrano e Elizângela Ferreira de Oliveira foram os grandes vencedores da 1ª Corrida Noturna da Capital promovida pela UNIMED Curitiba e Prefeitura realizada ontem (4). A prova encerrou o Circuito 2004 de Corridas de Ruas da cidade. Mil e 200 atletas participaram da corrida em um percurso de aproximadamente 10 quilômetros. O limite de inscrições foi alcançado no terceiro dia.

Capistrano, de 26 anos, completou a prova com 26 minutos e 53 segundos, classificando-se em primeiro lugar geral - categoria masculina, e Elizângela, com apenas 21 anos, conquistou o primeiro lugar na categoria feminina com 32 minutos e 20 segundos. Moradores há sete meses em Piraquara, cidade da Região Metropolitana de Curitiba, o casal de atletas veio de União da Vitória para treinar na Capital. Ambos consideraram a prova muito rápida e bem organizada. Para Elizângela, a corrida noturna é interessante porque o atleta pode descansar antes da prova, facilitando o desempenho. Treinando há 7 meses, o sonho da atleta é participar de maratonas em São Paulo e Minas Gerais.

REQUERIMENTO Nº 2233

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, solicitando providências em relação à denúncia, conforme segue documento em anexo.

Sala das Sessões, em 08.12.2004

(a) BARBOSA NETO

“Barbosa,

Os abaixo assinados manifestaram repúdio sobre o ocorrido no dia 05.12.2004, na UEL quando da realização do concurso público Magistério-2004 que foi coordenado pela COPS.

1º) Nos concursos a prova de títulos se dá após aprovação (na efetivação) e não antes do teste (normativa do MEC).

2º) No horário de chegada previa-se 14h00 para fechamento dos portões. Ocorreu que, candidatos que estavam nas portas para ingresso ao concurso foram retirados, **isto já frente às portas das salas de realização das provas**, incluindo uma senhora grávida; Também uma candidata foi retirada de sua sala (fato que pode ser comprovado pelos candidatos da sala); Após todo este episódio, às 12h10 os senhores Luís Antonio Sibin de Cornélio Procópio - fone 523-4692, Sr. Júlio R. Casini Sanches de Apucarana - fone 422-8749 e o Sr. José Maria Campos de Cornélio Procópio fone 9132-8250, presenciaram candidatos entrando em outro pavilhão, após fechamento dos portões. Inquirida Sra. Eliane Paulino - Diretora Pedagoga da COPS, informou nada poder fazer e não permitiu o ingresso dos candidatos dizendo estar muito, claro no regulamento, faltou com o respeito com os presentes (filmado pela Rede Globo e Record), virou-

se e de costas esbravejou: quem manda aqui sou eu! Curioso, uns não puderam entrar e outros sim (dois pesos e duas medidas???), há de se frisar que estavam presentes: professores, senhores, senhoras, enfim, não havia “bandidos e moleques”; O policiamento foi chamado para garantir a segurança e postou-se adequadamente, visto pelos candidatos que não seria necessário tal atitude.

Diante do exposto, os abaixo assinados pedem por justiça, solicitando Vossa intervenção. Agradecidos.

NOME	CPF	INSCRIÇÃO	TEL
Emilene S. Mendes Oliveira	023194559-06	26941	9107-8040
Rosiléia Deutte Merizio	459311789-53	26241	9922-1505
Andréa da Silva Ribeiro	878810989-53	27450	523-0079
Ana do Amaral Oliveira	620870969-53	26730	3338-7646
Denise Natalia de Oliveira	934857279-20	27073	33269887
Rosemeyre Lima C Silva	628556389-68	27237	3338-5254
Lucimeire Silvia F Sendeler	606788369-49	26590	3347-4694
Josilaine Burque Ricci	005154719-84	26804	3371-7723
Nanci do Lago Muniz	324586309-87	25775	3338-6204
Cilene C. Secco Miranda	579013959-49	25959	3323-8416
Fabiano Fontolan	005106359-03	26739	542-4897
Letícia Rodrigues Paulino	032770029-77	25656	3342-4066
Mirian Theodoro Silva	324142939-34	27164	3341-9518
Adriana Borges da Silva	183113708-93	9997-0810	3328-2488
Luís Marcelo Farinha Nunes	0154 15409-13	9102-9076	274-3746
Cássio Caetano de Faria	025292109-77	27009	523-4427
Gustavo Augusto Buzatta	042170159-66	9124-1326	3025-3510
Adriana F. M. Sanches	017431969-03		
Michele C. C. dos Reis	023383989-55		244-1107
Kátia H.T. Arrebola	636078759-87	27217	3027-4439
Marli Bueno Ribeiro	037136209-11		523-3851

REQUERIMENTO Nº 2239

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o duto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Presidente da Paraná Turismo, Jorge Rosas Demiate, solicitando informações sobre os recursos liberados pelo Governo do Estado do Paraná, na área de turismo, para o Município de Ponta Grossa e Campos Gerais, durante os anos de 2003 e 2004.

Sala das Sessões, em 08.12.2004.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2243

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, solicitando providências urgentes no sentido de conter a criminalidade em Foz do Iguaçu, tendo em vista que os números estatísticos, principalmente homicídios e roubos de carros, encontram-se em situação preocupante e em virtude de compromissos assumidos pelo Sr. Governador em tornar a cidade de Foz do Iguaçu a “Cidade mais segura do Brasil”.

Sala das Sessões, em 08.12.2004.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 2245

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Salvador Ramos, Diretor-Presidente do Centro de Convenções de Foz do Iguaçu, solicitando as seguintes informações:

I - a quantidade de ações ordinárias sem valor nominal disponibilizadas pela companhia para aquisição pelos acionistas;

II - o valor de cada ação ordinária sem valor nominal disponibilizada;

III - se a aquisição das ações está sendo oportunizada aos outros acionistas do Centro de Convenções de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 08.12.2004.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 2246

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o duto Plenário, seja enviado expediente às Empresas Concessionárias das Rodovias Pedagiadas do Estado do Paraná, ao Diretor-Geral do DER/PR, ao Mui Digno Procurador-Geral da Justiça do Estado do Paraná solicitando averiguações e as providências necessárias no referente à grave situação que tem afetado as comunidades vizinhas às praças de pedágio.

Sabe-se que são muitas as comunidades que residem ao lado das praças de pedágio e trabalham e/ou estudam do outro lado das mesmas. Ora, nesta hipótese estão pagando pesados tributos para o desenvolvimento da cidadania e de forma incompatível com a realidade financeira das mesmas. São muitas as famílias que deixam de comprar alimentos e outros bens necessários, como vestuário, remédios, livros e outros, porque devem pagar o pedágio.

Requer-se então que as entidades envolvidas diretamente, assim como o Ministério Público encontrem soluções que viabilizem a concretização de direitos constitucionais (educação, trabalho, locomoção e outros) ora em conflito com obrigação de pagar pedágio, mormente

tendo em vista o disposto no artigo 129 da Constituição Federal, especial o inciso II.

Sala das Sessões, em 08.12.2004.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2247

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Mui Digno Procurador-Geral da Justiça do Estado do Paraná, solicitando averiguações e as providências necessárias no referente à lamentável situação ora existente no atendimento à educação infantil e no Município de São José dos Pinhais.

Por diversas vezes a imprensa e comunidade tem noticiado a falta de vagas, a necessidade de longas e intermináveis horas em filas diante de escolas infantis também denominadas de creches, provocando sacrifícios descomunais aos pais e familiares.

É da responsabilidade do Poder Público, no caso do Município, o atendimento de creches e educação infantil, conforme preconizado pelo texto constitucional e pela Lei nº 9394/96. O não atendimento e mesmo o intenso sacrifício exigido por parte do Município de São José dos Pinhais às famílias locais deve ensejar, por parte do Ministério Público e nos termos do artigo 129 da Constituição Federal, especial o inciso II, as medidas cabíveis para que se assegure os direitos constitucionais das crianças e das famílias do Município de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 08.12.2004.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2248

Senhor Presidente:

A Bancada do Partido dos Trabalhadores, pelo seu Vice-Líder, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após aprovação do douto Plenário, seja enviada carta ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, REQUERENDO a renovação do convênio com a Associação Projeto de Educação do Assalariado Rural Temporário - APEART, conforme detalhada informação, na carta de anexo, sobre a importância deste projeto na alfabetização de jovens e adultos no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 08.12.2004.

(a) PEDRO IVO ILKIV

Apoiamento:

Tadeu Veneri, André Vargas, Padre Paulo Campos e Hermes Fonseca.

JUSTIFICATIVA:

A APEART vem desenvolvendo, desde 1993, fundamental trabalho de educação popular de jovens e adultos, contribuindo com a erradicação do analfabetismo e resgate da cidadania de bóias-frias, indígenas, posseiros e

outros grupos sociais marginalizados, no Estado do Paraná, e, para dar continuidade a este trabalho, se faz necessário a urgente renovação do contrato de parceria com o Governo do Estado, objeto do pedido deste requerimento e carta.

“Exmo. Sr.

Roberto Requião

Governador do Estado do Paraná

A Bancada do Partido dos Trabalhadores na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná encontra-se sensibilizada pela situação da Associação Projeto de Educação do Assalariado Rural Temporário - APEART e vem através desta solicitar deste governo diligência no sentido de acelerar o processo para assinatura imediata e o cumprimento dos acordos ajustados pela equipe responsável. Conhecemos o trabalho desenvolvido por esta entidade que, desde 1993 (o trabalho foi iniciado, portanto, durante o primeiro mandato de Governador de V. Exa.) desenvolve ações na área da educação popular, no Estado do Paraná, atuando desde este período, em cerca de 110 municípios. Nesse trabalho foram atendidos diretamente cerca de 34 mil educandos, através de 7 projetos. Atualmente, a APEART atende aproximadamente 2000 educandos (jovens e adultos), através de 67 núcleos de educação, presentes em 41 municípios do Paraná.

A ação educativa da APEART originou-se do trabalho de educação popular desenvolvido pela Comissão Pastoral da Terra - CPT/PR, nas regiões Norte e Noroeste do Paraná, junto aos trabalhadores rurais volantes. Na ação pastoral, era sempre solicitada pelos bóias-frias a viabilização de um projeto de alfabetização que lhes possibilitasse a expressão de sua cultura própria e acesso à leitura e aprendizado da escrita, a serem utilizadas em seu dia-a-dia, como mediação na luta pelos seus direitos e dignidade.

Em 1993, a partir da 8ª Romaria da Terra, em Florestópolis, e da realização de experiências-piloto em Tamarana e Bela Vista do Paraíso, surgiu o Projeto Educação do Assalariado Rural Temporária - PEART, sendo coordenado pela CPT-PR. A organização do PEART veio atender à expressiva categoria dos assalariados rurais, em termos de um processo global de educação e cidadania, envolvendo as comunidades locais, através dos Grupos de Base de Alfabetização - grupos que abrem espaço para que as lideranças comunitárias possam debater, apoiar e também participar no processo de alfabetização.

Através de convênio com a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, o projeto passou a receber recursos públicos, viabilizando e efetivando alfabetização de, somente no ano de 1993, aproximadamente 1.500 bóias-frias no Paraná, em 118 turmas de alfabetização. Devido à rápida expansão do PEART, no final do ano de 1993, decidiu-se fundar a Associação Projeto Educação do Assalariado Rural Temporário - APEART. No ano de 1994, a APEART através do PEART atendeu 3.585 bóias-

frias e, em parceria com as comunidades locais, paróquias, universidades, prefeituras municipais, dentre outros, amplia e dá continuidade a esta luta pela cidadania.

A partir de 1995, a APEART passou a atender 3.859 educandos em 178 turmas distribuídas em 53 municípios do norte e noroeste do Estado. Surgiram nesse ano outros projetos inovadores também desenvolvidos pela Associação, tais como: o Projeto Educação dos Posseiros do Paraná (PEPO), em parceria com a Associação das Famílias dos Trabalhadores Rurais de Pinhão (AFATRUP) e o Movimento dos Posseiros, vale a pena ressaltar que no ano de 1997 o projeto PEPO recebeu o prêmio de “Educação para a qualidade do trabalho” do Ministério da Educação e do Desporto e o Projeto Educação do Jovem à Universidade (PEJU), em parceria com a Pastoral da Juventude. Em 1996, o PEPO atendeu 20 turmas de alfabetização, no município de Pinhão, chegando a 40 turmas em 1997. O PEJU, com 5 turmas de cursinho popular pré-vestibular em Londrina e Cambé, atingiu mais de 200 alunos. O PEART ampliou seu raio de abrangência, instalando-se em mais de 70 Municípios do Estado, com 240 turmas de alfabetização, atendendo aproximadamente 5 mil alunos.

No ano de 1997, foram concebidos dois novos projetos pela APEART: o Projeto Educação de Crianças e Adolescentes em Situação de Risco (PECRIAR), desenvolvido na cidade de Londrina, e o Projeto Educação Reviver Indígena (PERI), iniciou turmas especiais e pioneiras com os jovens e adultos indígenas das etnias kaingang e guarani, em 12 áreas indígenas no Estado do Paraná, garantindo um processo educativo específico, diferenciado, bilíngüe e intercultural.

Em 1998, a APEART em parceria com a Comissão Regional dos Atingidos pelas Barragens (CRABI) deu origem ao Projeto Educação dos Atingidos por Barragens (PEABA), desenvolvido na região de Cascavel. No ano de 2001, inicia experiência piloto com mulheres que se prostituem nas ruas e praças na cidade de Londrina através do Projeto Educação das Trabalhadoras do Sexo (PETAS). Neste mesmo ano, em parceria com a Associação das Mulheres Batalhadoras do Jardim Francisco, Conselho de Saúde da Região Sul de Londrina e Fundação Kellogg, inicia a construção da Biblioteca Virtual Comunitária (BIBComunitária) - projeto inovador em processo de implantação, reunindo propostas e alternativas potenciais na área da saúde e educação.

Nos últimos anos, 2002 e 2003, além das ações de alfabetização de jovens e adultos, a APEART desenvolveu experiências mais localizadas no Município de Londrina, em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social nos projetos Viva Vida e Sinal Verde, que atuam respectivamente com crianças e adolescentes em situação de risco e populações de rua. Também em 2003 em parceria com o Ministério Público executou o projeto PEAME (Projeto Educação Ambiental de Educadores) que visa formar e capacitar os educadores para popularizar o debate em torno da questão ambiental.

A APEART alcançou nos últimos anos um patamar de qualidade em educação bem avançada teórico-metodológica, contando com uma Coordenação Pedagógica e um Colegiado Político-Pedagógico responsáveis pela articulação das experiências dos vários projetos da Associação, através de um processo continuado de formação dos educadores populares, coerente com as diversas realidades sócio-culturais e regionais dos vários sujeitos envolvidos. A qualidade de suas ações vincula-se também pela sua forma participativa em planejar e decidir seus rumos, buscando também ampliar sua rede de atendimento através de sua política de parcerias com organizações e movimentos sociais e convênios com universidades, prefeituras e com a Central Única dos Trabalhadores. Também pela fundamental presença dos educandos e educadores envolvidos no trabalho político-pedagógico e no desafio em construir uma educação realmente cidadã.

Este trabalho foi reconhecido e premiado nacionalmente: por 2 anos consecutivos (1997 e 1998) a APEART recebeu o prêmio Educação para a Qualidade do Trabalho, do Ministério da Educação e da Cultura, como o melhor projeto de educação popular do Brasil.

Segundo informações fornecidas pela diretoria da entidade, apesar dos constantes cortes de recursos, a APEART organizou neste ano de 2004 turmas/núcleos de alfabetização em aproximadamente 40 municípios e começou a negociar o convênio junto ao Departamento de Educação de Jovens e Adultos - DEJA, em fevereiro do ano corrente, através da Chefe de Departamento, professora Maria Aparecida Zaneti e junto ao Diretor-Geral da Secretaria da Educação, professor Ricardo Bezerra. As negociações foram intensas e densas e em junho foi fechado o formato do contrato. Ainda em agosto as turmas foram visitadas por equipes da Secretaria da Educação, onde se verificou o pleno andamento das mesmas. Todavia, somente no início de novembro o contrato chegou à Casa Civil para a assinatura do Governador e até hoje isto não ocorreu.

As intenções apresentadas nas negociações são as da APEART colocar-se como protagonista na luta pela superação dos alarmantes índices de analfabetismo no Paraná, em parceria e rede com as demais iniciativas de alfabetização no Estado, sobretudo com as ações governamentais nesta área, no esforço articulado para garantir acesso e permanência, principalmente às populações específicas como trabalhadores bóias-frias, indígenas, posseiros e outros, alcançando-os nos seus lugares de convivência.

Enfim, durante este ano, 82 trabalhadores entre educadores e supervisores pedagógicos persistiam na tarefa da alfabetização dos jovens e adultos, e até o momento não houve nenhum indicativo de garantir a continuidade desta experiência, que tem feito do Paraná uma referência no compromisso com os grupos sociais marginalizados em nossa sociedade.

Certos de contarmos com seu apoio, subscrevemo-nos,

Atenciosamente,

Curitiba, 08.12.2004.

(aa) PADRE PAULO CAMPOS, PEDRO IVO ILKIV, HERMES FONSECA, TADEU VENERI e ANDRÉ VARGAS.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Barbosa Neto, que usará também o Horário da Liderança do PDT.

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Ontem foi dia de balanço da criminalidade no Estado do Paraná, traçado aí pelo Secretário da Segurança, Luiz Fernando Delazari. O retrato que vemos da criminalidade é o mais cruel possível que hoje vive o povo do Paraná e é muito mais grave até do que poderíamos imaginar. Não dá para acreditar, Srs. Deputados, que o Secretário da Segurança não tenha consciência que sua gestão é um verdadeiro desastre!

Ontem vi um garoto de 14 anos chorando. É filho de um funcionário desta Casa e o pai me abordou e disse: Barbosa, você que defende a segurança, diga aí o que aconteceu com meu filho agora, quando ele voltada da escola. Em plena luz do dia foi assaltado e no dia anterior tinha sido o amigo dele e o menino está com medo de voltar a estudar. Onde é que está a Patrulha Escolar, que foi tão propalada pelo Governador Roberto Requião? E o número de homicídios, então, que cresce mesmo com essa controvertida campanha do desarmamento que o Governo pôs em prática?

E cresce em todas as regiões do Paraná. Aqui na grande Região Metropolitana de Curitiba o aumento foi de 13,9%! No interior do Estado também e em Londrina estamos chegando perto dos 170 assassinatos. Uma barbaridade, e só aqui em Curitiba, nos primeiros nove meses deste ano, o número de carros roubados é 50% maior que no mesmo período do ano passado!

Então, não dá para escutar as entrevistas que o Secretário Delazari faz pelas emissoras de televisão e de rádio, traçando um balanço positivo da sua gestão à frente da Secretaria da Segurança Pública. Olha só o que aconteceu em Londrina: "Mulheres denunciam falta de viaturas e fardas". O Movimento das Esposas de Policiais Militares acusa a Secretaria da Segurança Pública de tratar reivindicações com descaso.

Segundo a Presidenta, Sra. Vera Rubo, um novo protesto semelhante ao que aconteceu em 2001 está prestes a ocorrer no Estado do Paraná. Nem as fardas, que deveriam ser entregues aos policiais militares, estão sendo utilizadas pela Corporação e olha que eles cobram R\$ 30,00 no contracheque dos PMs para que eles utilizem desse serviço de fardas, o que acaba não acontecendo! 80% da frota de viaturas da Polícia Militar de

Londrina estão no estaleiro, está em manutenção a maioria absoluta destes veículos.

Os policiais militares estão há 10 anos sem reajuste; obtiveram apenas um abono em 2001; a defasagem é de mais de 100%. E por que não acontece a reposição das peças dessas viaturas que estão paralisadas? Por burocracia, por incompetência da Secretaria da Segurança Pública do Estado do Paraná!

Esse Secretário não conseguiu conter os crimes contra a vida, contra o patrimônio, não tem apoio dos próprios policiais para melhorar a Segurança, porque xingou todos os policiais de corruptos, quando assumiu.

Nós fizemos a nossa parte, aprovamos um novo estatuto que o Governador dizia que ali iria afastar a banda podre da Polícia do Estado do Paraná. Será que afastou ou continua esta banda podre? O Deputado Bradock, que é a Base de Sustentação do Governo nesta Casa, repete as críticas contundentes que fez na sessão de ontem da CCJ. Nós inclusive tivemos a ética e a lisura de não repercutirmos aqui em respeito ao próprio Deputado Bradock, mas hoje a imprensa alardeia tudo isso e segundo ela o Governador fala muito em segurança mas não escuta e não vê.

O Secretário Delazari ainda acha que a sensação de segurança melhorou nos últimos meses. Que segurança é essa? Só se melhorou para ele, que anda de guarda-costas e carro blindado! A maioria da população está à mercê do destino, no que tange à Segurança Pública!

A informação que temos é que os cursos de tiro que a Polícia Civil possuía foram suspensos, o Governador, que posou como garoto-propaganda fazendo uso de revólveres, carabinas no começo do seu Governo, para os fotógrafos, não sabe que este serviço não está mais funcionando! Como é que nós vamos acreditar numa Polícia que não se prepara, que não treina, que não tem aparato?

O Governador que criticou tanto a compra de veículos Renault no Governo passado, está utilizando veículos Clio que foram entregues numa cerimônia suntuosa no dia de ontem aqui em frente ao Palácio Iguaçu! Agora comprou pick-ups Frontier para fazer a segurança do nosso Estado! Será que estes veículos são os mais adequados para prestar o serviço de patrulhamento? Nós acreditamos que não!

Dois pesos e duas medidas, fala faz e não sustenta, ataca atira e não prova! Que Governo é esse? Aliás, hoje o Secretário da Segurança critica o Deputado Reni Pereira dizendo que o mesmo não entende nada, bem como todos os Deputados desta Casa desconhecem o assunto Segurança Pública. Será que nós vamos ficar calados, de novo, passivos, diante dessa atitude do Secretário que se identifica como Roberto Carlos? O Governador que mandou o Papai Noel, o que seja? Um Secretário que se baleou com uma caneta que era revólver e agora está ousando enfrentar esta Casa, empurrando para debaixo do tapete os seus próprios erros e a sujeira que infelizmente existe na forma da incompetência da sua Secretaria!

Nós não podemos nos calar diante de tudo isso que estamos vendo, o balanço sobre a violência é necessário, faz-se urgente esclarecer à sociedade, mas é muito mais importante que o governo tome as providências imediatas para conter a escalada do crime! Isso exige uma resposta peremptória e urgente por parte do Governo, não dá mais para o Sr. Secretário Delazari ficar jogando para a torcida, ficar exibindo painéis mentirosos, tentando dourar a pílula, enganando a nossa sociedade principalmente aqueles que clamam por Segurança Pública!

Já está na hora de mudar esta realidade! O Secretário viaja, volta de Nova York, vem com experiência mas na prática aqui nós não temos nada a não ser conversa, falação, bate-papo. 171. Em contrapartida vários de nós, Deputados desta Casa, que somos privilegiados, já temos, já tivemos ou ainda teremos, lamentavelmente, uma experiência negativa, seja com furto, com assalto ou até coisas mais graves.

Portanto não venha o Secretário, com mentiras, com ataques a esta Casa porque nós não podemos mais aceitar tudo isso sob pena de comprometer o próprio Governo, quando a Bancada de Sustentação ao Governador Roberto Requião evita aprovação de requerimentos para trazer ao conhecimento de todos nós a presença de Secretários que venham expor a respeito de casos de suspeita de corrupção ou de calúnia expostos na mídia por próprios membros do Secretariado. Acreditamos que até que a própria população tenha conhecimento do que está acontecendo é urgente que nós coloquemos os pingos nos "is".

Concedo o aparte ao Deputado Antonio Anibelli.

O Sr. Antonio Anibelli

Deputado Barbosa, V. Exa. enquadrou o Secretário no 171, parece que foi isso não sei se o som transmite bem, mas foi 171?

O SR. BARBOSA NETO

Quem fala não sustenta, tenta mentir, dourar a pílula com dados mentirosos dizendo que a Segurança melhorou, isso é estelionato, na minha opinião é 171, Deputado.

O Sr. Antonio Anibelli

171, então é estelionato, eu só queria saber o artigo do Código de Processo para ficar registrado o que V. Exa. disse. Mas não é estelionato contumaz, é estelionato de conversa, é eventual?

O SR. BARBOSA NETO

Eu estou até à disposição do próprio Secretário se ele se sentir prejudicado!

Aliás por falar em estelionato eu vejo aqui nos jornais: "Mães não conseguem receber leite do Estado." Este foi um dos principais programas do Governador Roberto Requião, o leite das crianças que não chega até às crianças carentes. Outro estelionato eleitoral foi o fim

do pedágio que até agora não aconteceu. Outro estelionato eleitoral foi a luz de graça para a população e a energia elétrica vem subindo constantemente.

Isso, para mim, é enganação, Sr. Deputado.

O Sr. Antonio Anibelli

V. Exa. está misturando o Secretário da Segurança, estelionato verbal com eleitoral, tem estelionato, o que mais V. Exa. disse? Só para eu me situar, sobre luz, leite, tudo é estelionato?

O SR. BARBOSA NETO

Não, para mim é tudo enganação, porque quem promete uma coisa e não consegue sustentar...

O Sr. Antonio Anibelli

Porque o Paraná é o Estado que tem a luz mais barata do País e a nossa COPEL que é orgulho nosso, esta Assembléia brigou bastante para que ela permanecesse no Estado! E claro que o Governador Roberto Requião mudou a sistemática de dirigir este Estado, um Governo voltado à população, para o povo mais carente, reformando estradas, quer dizer, nós pegamos o Estado quebrado, arrebitado, endividado, então estelionato foi o que foi feito no passado! Tanto que tem processos na Justiça para prender o Ingo Hübert, para prender vários membros da quadrilha do Governo passado.

O Deputado Nelson Justus disse este dias, brincando comigo: "V. Exa. enquadrou todos nós". Absolutamente eu respeito os meus Pares, os meus companheiros, conheço o caráter de cada um e tem pessoas que abusaram no Governo passado, talvez roubaram na boa-fé de Deputados honestos que tem esta Assembléia Legislativa.

Eu quando falo quadrilha, não envolvo ninguém dos meus colegas, são meus amigos, são meus companheiros, às vezes discutimos eleitoralmente, às vezes travamos discussões, mas respeito a todos. O enquadramento foi daqueles que talvez abusaram da confiança do Governador, da liberdade que tinham e talvez envergonharam os Deputados que defendiam o Governo passado. Esse é um estelionato total contra o Estado do Paraná! A dívida que o Paraná tem é de mais de 20 bilhões, quando o Governador entregou o Estado com uma dívida pequena.

O SR. BARBOSA NETO

Agradeço o aparte do Deputado Antônio Anibelli, e digo que aquele que promete entregar alguma coisa e não o faz, na verdade é enquadrado na gíria policial como estelionato, como 171. Mas se formos voltar o Governo passado é claro que existe aliás diferenças, eu não sustentei e não fazia parte, estou apenas constatando uma realidade, já que não podemos ficar calados diante da mentira que esse Secretário da Segurança quer pregar a todos nós, que conhecemos um mínimo de Segurança e que sofre-

mos diariamente com o descaso por parte desse Secretário e que ousa inclusive agredir verbalmente Deputados desta Casa.

Era esta a minha defesa.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Próximo orador inscrito, Deputado Reni Pereira.

O SR. RENI PEREIRA

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Acredito que na segunda-feira não errei quando pedi socorro em inglês para o Secretário da Segurança, porque acredito que estamos vivendo, tanto ele quanto eu, e principalmente o povo do Paraná, em países diferentes, e e por conseguinte, provavelmente a língua seja outra.

O Secretário, na data de ontem, em festa comemorava os resultados positivos mostrando a redução dos crimes contra o patrimônio e o aumento dos delitos contra a pessoa. Acredito que esse não é Secretário do Governo Roberto Requião, porque escutei, aqui, desta tribuna, o Governador Roberto Requião falando que o Governo dele seria dirigido preferencialmente aos pobres.

E assim que eu vejo que os problemas de Governo estão sendo executados, alguns em partes, outros faltam muito, mas como o Luz Fraterna, o leite das crianças pelo menos estão nesse caminho. E se o Governador fez a opção pela carta de Puebla, esse Secretário pelo visto fez qualquer outro tipo de opção, mas não pelos pobres, porque quando ele vai à imprensa comemorar resultados positivos de crime contra o patrimônio e ao mesmo tempo admitindo que houve um aumento de crimes contra a vida, ele está defendendo não é o pobre, está defendendo o rico, porque é o rico que tem carro, o rico que é assaltado. Porque o pobre o seu patrimônio maior é a família e a vida. Então, provavelmente ele tenha sido escolhido por outro Governador que não o Roberto Requião, que falou daqui que o Governo dele seria para os pobres.

Então, vejo com muita estranheza a reportagem de hoje em que o Secretário alardeia que conseguiu reduzir em 21% o número dos principais crimes. Quer dizer que para ele o principal crime é o crime contra o patrimônio? O crime contra o patrimônio a pessoa trabalha e consegue de repente até repor, mas a vida que é ceifada, essa não volta nunca mais! Esse é o Secretário que se diz entendido de segurança! Por isso, Deputado Bradock, faço coro às suas afirmações que esse Governo, em matéria de segurança, não vê e não ouve ninguém, mas fala muito. E fala muitas inverdades, porque ele leva em consideração nesse tal de geoprocessamento, leva em consideração dados estatísticos, mas não leva em consideração que a população do Paraná já está desacreditada em questão da segurança pública. E os pequenos crimes, os pequenos furtos sequer constam nas estatísticas, porque a popu-

lação não vai mais nem dar queixa, porque sabe que não existe mais condições físicas de a polícia atender! E vejo também com muita indignação as palavras do Comandante-Geral da Polícia Militar dizendo que as condições de segurança melhoraram no Estado. Eu não sei novamente de que Estado nós estamos falando, conseqüentemente acredito que nós não estamos falando do nosso Paraná, porque não é isso que nós observamos principalmente na Região Oeste.

Eu tenho conhecimento, não tanto como o nosso exímio conhecedor, o Secretário da Segurança, mas tenho conhecimento por Parlamentares que representam as diversas regiões deste Estado, de que a situação não é diferente nas outras regiões do nosso Estado.

Por isso, eu não errei na segunda-feira, quando pedi socorro em inglês. Esse Secretário provavelmente o seja do George Bush e, principalmente, não deva ser Secretário do Governador Roberto Requião.

O crime contra o patrimônio, jamais pode ser comparado com o crime contra a vida. Inclusive na própria reportagem, por uma pessoa que não conheço, mas refuto que deve entender não de segurança, pelo menos de sociedade, que é o sociólogo da UFPR, que inclusive fala que é impossível afirmar que essas estatísticas da criminalidade baixaram utilizando esses critérios adotados pela Secretária da Segurança, porque estamos tratando de crimes diferentes, com impactos diferentes. Nunca um furto pode ter o mesmo peso que um homicídio.

Eu faço essa pergunta aos Srs. e Sras. Deputados. Alguém que teve o carro furtado, a casa assaltada, é o mesmo impacto que alguém que teve um parente, um amigo assassinado? Nunca, jamais será! Nem aqui, nem na Inglaterra e nem nos Estados Unidos, sempre terão pesos diferentes!

Agora ele soma uma pessoa que furta uma carteira, que furta uma bicicleta, coloca no mesmo nível estatístico de uma pessoa que tenha a vida ceifada. Isso jamais dará certo!

Infelizmente, Deputado Bradock, aí eu concordo mais uma vez com o senhor, esse Governo realmente tem que rever os seus critérios. Tem que começar a ouvir mais, a ver mais a realidade. Se não quer escutar os Deputados que são a grande voz da população do Estado do Paraná, que vá até a realidade e veja. Veja se está funcionando na prática esse critério de geoprocessamento e esse resultado alardeado pelo Secretário da Segurança.

Gostaria de conceder aparte ao Deputado Bradock que eu refuto, também, um conhecedor de segurança.

O Sr. Delegado Bradock

Deputado Reni Pereira, na verdade os crimes violentos contra a vida acontecem em detrimento da frouxidão da segurança.

Hoje se V. Exas. acompanharem os jornais, verão que todos os crimes de homicídio que estão acontecendo têm uma conseqüência lá no patrimônio, lá no entorpecente. Estão acontecendo execuções. Toda a semana você

vê pessoas sendo mortas com seis, sete, oito ou nove tiros, em plena luz do dia, aqui no centro de Curitiba, quem dirá no interior do Estado!

A verdade que o efetivo da Polícia Militar é mesmo de há 10 anos trás! O efetivo da Polícia Civil é o mesmo de 10 anos atrás! O povo do Paraná, a população aumentou assustadoramente e a polícia não acompanhou o seu efetivo!

Então, há uma defasagem e fica quase impossível uma guarnição que atende, por exemplo o 17º Batalhão, atender toda a São José dos Pinhais, toda a região Metropolitana com aproximadamente 500 homens! O 13º Batalhão de Curitiba atender toda a área periférica da cidade de Curitiba, com 400 ou 500 homens!

Não adianta você investir em viatura e não ter liderança. Não adianta você investir em pistola se você não tem o cara para usá-la!

Então, há um erro estratégico na condução da Segurança Pública. E mais ainda, essa estatística há muito tempo, desde que estou na polícia, já é feito mensal, não precisa contratar empresa nenhuma para fazer o geoprocessamento. Todos os crimes têm importância, desde aquele que perde uma bicicleta, àquele que perde uma BMW, mas sem dúvida nenhuma os crimes contra a vida são os que trazem maiores consequências traumáticas a toda uma família. Não só aqueles mais perto, mas toda uma sociedade, uma coletividade de onde moram.

Então é preciso que a sociedade olhe com mais vagar, com mais discernimento, escute melhor os Deputados que fazem parte da representatividade da população com suas idéias, não se acha o senhor de Deus e professor de todos em questão de segurança.

O SR. RENI PEREIRA

Veja só mais uma incoerência, Deputado Bradock, enquanto o senhor fala que os crimes estão correndo à luz do dia, em Foz do Iguaçu não é diferente, ocorre à luz do dia e nas ruas e o Secretário diz que não existe quadrilha especializada em assassinato e que eles ocorrem normalmente em lugares fechados, casas onde a polícia não tem acesso, e o Secretário admite que um combate mais efetivo ao tráfico de drogas reduziria o número de mortes violentas! Veja a incoerência, o Secretário dizer que a polícia não entra! Primeiro que é mentira, os crimes estão ocorrendo no meio da rua, qualquer que seja o motivo, o responsável para evitar com que esses crimes principalmente os de tráfico de drogas continuem acontecendo, não é a Polícia! Então, é a Polícia, realmente, que tem que evitar a causa desse verdadeiro descalabro da violência que está acontecendo em nosso Estado.

Para finalizar, Sr. Presidente, gostaria que nesta data de hoje fique registrado nesta Casa, que num Governo onde o Governador proclama no início, que a sua opção preferencial é pelos pobres, o Secretário da Segurança na operação Natal Seguro afirma que os lugares que receberão atenção especial são os shoppings e os

grandes centros comerciais e financeiros. Esses serão os lugares que receberão reforço policial no final de ano!

É lá que se concentram os pobres, aqueles que o Governador fez a preferência aqui nesta tribuna no início do seu Governo. Eu não sei se sou incoerente, se eu não entendo de segurança, mas acredito que esse Secretário esteja morando num Estado diferente do que eu resido, que é o Estado do Paraná.

O SR. RATINHO JÚNIOR (Pela Ordem)

Apenas para registrar a presença dos Vereadores da cidade de Siqueira Campos, Vereador Marcos, Vereadora Rosana, Vereador Bueno, Vereador João Felipe e Vereador Arnaldo, também o Presidente da Santa Casa nosso companheiro Daio, que muito nos honram com a sua presença.

Muito obrigado.

O SR. NATÁLIO STICA (Pela Ordem)

Acompanhando os Vereadores de Siqueira Campos, também o Presidente do PMDB de Siqueira Campos, Manoel de Andrade.

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Horário reservado ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O que me traz na tribuna hoje é para registrarmos um acontecimento importantíssimo para o nosso Estado do Paraná, para o Governo do Estado paranaense. Quando nós abrimos os jornais do Estado, hoje, nos temos uma manchete muito boa para nós paranaenses, onde fala: “leilão pode reduzir tarifa de energia. A tarifa de energia dos paranaenses pode cair no próximo ano. A média dos contratos para 2005 negociadas no mega leilão de ontem ficou 4,6% abaixo do que a COPEL Distribuidora paga à COPEL Geradora”.

Deixar bem claro em 2001 na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, nós aprovamos aqui para que aquilo que estava sendo feito na COPEL, na “A COPEL é Nossa”, uma divisão entre a COPEL Geradora, que é a COPEL dona das usinas hidrelétricas e que gera a energia; a COPEL transmissão, que faz com que através de seus cabos, da sua estrutura, possa fazer a transmissão da energia elétrica entre o local que é gerada até o meio consumidor; e a COPEL Distribuidora, que é a companhia que vende a energia elétrica para nós, paranaenses, indústrias, comércio e cidadãos comuns.

O que aconteceu ontem? A COPEL Distribuidora, que é aquela que vende a energia para nós, paranaenses, comprou energia elétrica no leilão nacional por um preço menor que o preço que a COPEL Geradora vende para ela. Isto vai proporcionar que todos nós, paranaenses, possamos receber energia elétrica mais barata. Só para vocês terem uma idéia, a COPEL Geradora antes deste

leilão, vendia energia para a COPEL Distribuidora, por 65 reais o mW/h. E hoje a COPEL Distribuidora conseguiu comprar no leilão a 51,73.

Agora, imaginem, nós paranaenses, com esta nova sistemática, que já era prevista no ano de 2000, 2001, até mesmo pelo Governo anterior que isto iria acontecer, agora estamos vendo a possibilidade de, nesta competição entre empresas geradoras de energia, termos um preço menor de energia, porque se comprou por um valor menor o mW/h.

E a COPEL Geradora, que obrigatoriamente vendia sua energia para a COPEL Distribuidora, vai deixar de vender por aquele preço mais alto, de 65 reais. Isto mostra o quê? A COPEL Geradora, que colocou esta energia à venda, vendeu por um preço menor, com certeza não mais terá aqueles lucros tão divulgados e tão falados pelo Brasil afora, no momento do balanço da COPEL.

O leilão de energia do nosso País veio para poder fazer com que a competição entre as geradoras de energia aconteça, e ontem o resultado foi positivo, o preço da energia caiu. Bom para nós, consumidores. Esperamos que o Governador do Estado do Paraná, que a COPEL, repassem esse preço menor da compra de energia para nós, os consumidores paranaenses. Muito bom para nós. Ruim para a COPEL Geradora, que foi na Justiça brigar para não participar desse leilão, porque tinha garantia, no passado, de vender por um preço alto para a COPEL Distribuidora, e agora teve que participar do leilão, aonde vendeu por 5% a menos o valor da energia elétrica!

Vamos lá, companheiros! Está aí uma nova sistemática do processo de energia do nosso Brasil! Ganham os consumidores paranaenses, se o Governador mandar repassar esse preço menor que foi comprado, de energia, neste leilão, e perde a COPEL Geradora, que tinha o monopólio, a garantia de vender só para a COPEL Distribuidora, para nós paranaenses, e agora teve que participar contra sua vontade, deste mega leilão, onde teve que vender sua energia por um preço menor. Com certeza não mais tendo aqueles lucros tão divulgados e tão falados pelo Brasil afora, como ponto de referência na COPEL Geradora de Energia.

É um novo momento. A competição está aí. É a iniciativa privada concorrendo com as empresas estatais. E quem vai ganhar com tudo isto, com estes leilões? O povo paranaense, o povo brasileiro! Isto é importante e nós ficamos felizes em ver esse processo, esse procedimento acontecer, porque nós, paranaenses, vamos poder ter uma energia menor.

Esperamos que o Governador do Estado do Paraná repasse esse valor menor para todos nós, porque ele comprou uma energia mais barata do que era comprada pela COPEL, e, agora, ele tem que repassar para todos os paranaenses.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Horário reservado ao Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais um erro do Governo, infelizmente.

(**Lê**):

“Ontem aconteceu o primeiro leilão de energia elétrica do Governo Lula e mais uma vez o Governador do Paraná errou.

Assim como errou no caso dos pedágios, errou nos transgênicos e continua errando na administração do Estado.

O Governador precisa decidir de que lado está. Primeiro, ele critica a decisão do Supremo Tribunal Federal, que obrigou a COPEL a participar do leilão de energia, e criticou porque partiu de uma suposição errada. Para o Governador, a COPEL Geração vendia a energia mais barata à COPEL Distribuição, e por isso corria o risco de ter prejuízo no leilão, onde a energia sairia mais cara.

Ora, os preços da energia negociada no leilão ficaram abaixo dos preços da COPEL Geração, o que significa que foi um bom negócio para a COPEL Distribuição e, em consequência, para os consumidores paranaenses.

Enquanto a COPEL Geradora vende a sua energia a R\$ 61,00 o megawatt/hora para a COPEL Distribuição, o preço médio registrado no leilão para a energia a ser fornecida em 2005 foi de R\$ 57,51 o megawatt/hora. Ficou quase quatro reais mais barata que o preço da COPEL Geradora.

Mas o Governador precisa decidir se está do lado do consumidor paranaense, que quer energia mais barata, ou do lado da caixa da COPEL, que precisa de mais recursos para investir e depende de bons preços na venda da sua energia.

Precisa explicar por que é contra um leilão de energia que acabou sendo um bom negócio para os consumidores. E precisa agir com responsabilidade na hora de defender a COPEL.

O que está muito claro é que o Governador fala muito sobre a COPEL, mas até agora permanece em silêncio absoluto quando se trata das aplicações da Fundação COPEL no Banco Santos. Por que será que o Governador não quer tocar nesse assunto?

Por que será que repete os factóides todos os dias para que o assunto referente às ações da COPEL, às aplicações da EMATER, às aplicações da Fundação COPEL no Banco Santos, em outros Bancos menores, de segunda linha, fiquem esquecidas? Por que será que o Governo não divulga sequer uma nota oficial?

Por que será que o Governo está tentando colocar panos quentes sobre as aplicações no Banco Santos? Quem estaria interessado em esconder a verdade? Quem está querendo se proteger contra uma eventual investigação mais aprofundada sobre responsabilidade neste episódio?

São questões que ainda estão sem resposta e que a sociedade paranaense tem o direito de ver esclarecidas, até para que não parem dúvidas sobre a conduta do gov-

erno e da administração da Fundação COPEL, a mesma Fundação cuja diretoria foi trocada há pouco tempo por decisão do próprio Governo.

Ainda não está claro para os paranaenses qual foi o tamanho do prejuízo que a Fundação COPEL e outros aplicadores do Estado tiveram com a quebra do Banco Santos, assim como não está claro quais os incentivos que levaram esses investidores a transferir suas aplicações para o Banco Santos.

O Governador gosta de falar sobre todos os assuntos, na maioria das vezes polemizando, criticando e condenando opiniões divergentes, e para quem gosta de polemizar, chegou a hora de dar as explicações que esta Casa e os paranaenses cobram sobre as aplicações no Banco Santos.

Chegou a hora de dizer quem autorizou e quem foram os responsáveis pelos investimentos que estão a um passo de se tornarem prejuízo para os funcionários da COPEL.

Esta Casa não pode encerrar o ano legislativo de 2004 sem que o Governo preste estes esclarecimentos ao povo paranaense.

Aguardamos a necessária manifestação do Governador.”

Faz algumas semanas que denunciamos, pedimos explicação, informações oficiais, e o Governo, de uma maneira descarada, não as presta!

É um absurdo, nenhuma resposta, nenhuma informação oficial! A Comissão de Fiscalização cobrou e os diretores atuais da Fundação COPEL não vieram depor.

Por que é que este Governo tenta varrer para debaixo do tapete a sujeira gerada e criada por ele próprio? Temos que cobrar, estamos indo para o final do período legislativo!

O Governo polemiza mas não explica. Polemiza mas não presta contas. Polemiza mas não dá explicações para a sociedade paranaense!

Muito obrigado!

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Gostaria de comunicar a Casa que a Comissão de Fiscalização e Controle deliberou, hoje pela manhã, pela convocação dos atuais administradores da Fundação COPEL. Está marcada a oitiva para segunda-feira, às 10h00. E comunicamos aos Diretores que se eles não comparecerem estarão sendo reincidentes, porque já foram convocados e só compareceu o ex-Administrador.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Concedo a palavra à Deputada Elza Correia.

A SRA. ELZA CORREIA

Sra. Presidente, nobres companheiros e companheiras.

Uso a tribuna nesta tarde para dizer que tenho bem claro o nosso papel de Parlamentar, e não é agora como

Deputada Estadual; já o tinha claro quando assumi a Câmara de Vereadores de Londrina.

Sei que compete ao Parlamentar fazer leis, boas leis, leis revolucionárias, leis que sirvam a todos.

Compete ao Parlamentar fiscalizar as boas leis; fiscalizar o erário público, o patrimônio público e as ações do Executivo, e ser o interlocutor da população do Município, do Estado ou do País.

Portanto a crítica é saudável no processo democrático. Está inserida dentro do papel de Parlamentar, mas, às vezes vejo nesta Casa, não críticas fundamentais, profundas, construtivas em benefício do Estado, vejo um desejo incontido de pancadaria, de ofensas e, muitas vezes, atitudes que, desculpem a minha franqueza, minimizam, diminuem o papel do Parlamentar.

Podemos fazer as críticas que forem necessárias, mas chamar o Governador de estelionatário, de bandido, de mentiroso, de cego, surdo, mudo? Aí já é um pouco demais para qualquer situação!

Em função das críticas feitas ao Secretário Delazari, que também acho que tem feito o possível para melhorar a Segurança no Estado,- mas falta muito - fizeram um verdadeiro samba do crioulo doido hoje aqui no Parlamento.

Eu diria que o pior cego é aquele que não quer ver e para alguns interessa não enxergar, mesmo tendo certeza absoluta dos benefícios que o Governo Roberto Requião tem feito ao Estado do Paraná.

Eu queria dizer que cada um enxerga e olha pela ótica que lhe convém, que lhe interessa. Para alguns, bom Governo é aquele que favorece o clientelismo, a troca de favores, o “toma lá da cá”; para alguns interessam os governos corruptos que fazem da política um balcão de negócios; para alguns interessam os governos que favorecem as privatizações; para alguns interessam os governos que tripudiam, que não atendem à população, que desviam o dinheiro público; para alguns interessa esse jeito de governar, para outros, não; a mim interessa o jeito de governar de Roberto Requião.

Eu diria que o Governador Roberto Requião, como qualquer ser humano, não está livre dos equívocos, mas que ele não é uma pessoa que tem errado mais do que acertado. Pelo contrário, o Governo Roberto Requião tem acertado mais do que errado, porque é ético, corajoso, realmente usa o seu governo em benefício das populações mais carentes!

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Deputada, usará o horário da Liderança do seu Partido.

A SRA. ELZA CORREIA

Obrigada, Sra. Presidente.

...para alguns interessa, realmente, um jeito específico de governar.

O Governador Roberto Requião encontrou neste Estado uma terra arrasada e nós Deputados do Paraná

sofremos, cotidianamente, pelas demandas do povo nas mais diferentes áreas (na educação, na segurança, na habitação, na saúde e em todas as áreas) que estavam reprimidas há oito anos por conta de um Governo que não tinha as características do Governador Roberto Requião. Por isso, o Estado do Paraná estava entregue ao “deus dará”.

Gostaria de dizer que foi a coragem, a determinação e a lisura do Governador Roberto Requião que devolveram a COPEL ao povo do Paraná; foi a coragem do Governador Roberto Requião que impediu que a nossa SANEPAR fosse entregue ao capital estrangeiro e trouxesse de volta para o controle e domínio do povo do Paraná, porque estava entregue a grupos econômicos que visavam, única e exclusivamente, os lucros.

Graças ao Governador Roberto Requião várias medidas foram tomadas para melhorar ou minimizar a situação do funcionalismo público no Estado do Paraná. Nós, aqui nesta Casa, aprovamos o plano de cargos dos professores e aprovamos várias outras medidas para melhorar a situação de várias categorias de funcionários públicos do Estado do Paraná. Resolvemos o problema? Não, mas não podemos fingir que isso não aconteceu.

Gostaria de dizer que o Governo Roberto Requião colocou de pé, sim, os projetos sociais oriundos de suas falas na campanha eleitoral, por exemplo, o Projeto “Luz Fraterna”. Vá perguntar à população que não tinha um bico de luz no seu barraco se esse projeto não é interessante, não é importante; vá perguntar à população que não tinha água em casa, para ver se esse Projeto da Tarifa Homero Oguido não é importante! Vá perguntar aos 399 Municípios se o Projeto Leite das Crianças não é importante para as crianças pobres do Estado! A questão do pedágio, o Governador conseguiu manter seus preços num patamar suportável, e a briga, a guerra de liminares na Justiça, é por conta absoluta dos projetos amarrados e muito bem amarrados feitos no governo anterior que praticou um verdadeiro entreguismo neste Estado.

Gostaria de dizer que o Governador Roberto Requião segurou o aumento da energia elétrica no ano passado e continua segurando o aumento de 25%, entre outras tantas medidas de caráter social e político que melhorou a vida da população paranaense.

Agora, nada disso interessa! Nada disso é importante! Importante, é manter à míngua os professores durante os oito anos sem aumento salarial! Importante era sucatear as estruturas do Estado com empresas privadas que acabaram com o sistema, não só na questão da educação, da saúde, mas também na questão da segurança!

Agora, é fácil falar! Agora, fica tranquilo dizer que o Governador é bandido, é mentiroso, é cego, é surdo, é mudo! Inclusive incluindo o Governador num crime de estelionato, 171, como foi colocado aqui hoje!

Quero dizer, para encerrar, que fiquei dois anos aqui nesta Casa e vou ficar mais dois, quem sabe mais quatro depois, mas foram dois anos de “ladainha”, das mesmas críticas destrutivas, da mesma esculhambação, a mesma falta de entendimento, porque é preciso também

enxergar o lado bom das coisas, as questões fundamentais que tanto a Oposição quanto a Situação, batalharam nesta Casa, vários projetos do Governo que foram aprovados porque todos nós, por unanimidade, entendíamos importantes à população.

Então, crítica é uma coisa! Agora a coisa pueril da esculhambação, da falta de entendimento do que é criticar, às vezes nos tiram do sério. Acho que temos muito o que fazer nesses dois anos. Mas é preciso não esquecermos neste momento, de olhar para trás e fazer uma referência a ter uma exata compreensão; os que aqui estiveram antes de mim têm mais facilidade de fazer isso porque aqui estavam. O que era o Estado do Paraná? E quando dizem que o Governador não presta conta, não apresenta resultados, está tudo às claras, de forma transparente, na internet.

É só pegar e verificar inclusive em relação às licitações. Nada é jogado debaixo do tapete, nada é escondido! Nada é feito da forma que já foi feito neste Estado do Paraná!

Acho que a alguns incomoda muito esse jeito de governar. Na verdade, entendo que só vamos moralizar o Paraná e o Brasil quando tivermos mais estadistas e governantes da estirpe, da coragem e da competência do Governador Roberto Requião.

O SR. BARBOSA NETO (Pela Ordem)

Sra. Presidente.

Tentei por três vezes aqui estabelecer um aparte com a Deputada Elza Correia, mas parece que ela deve estar esquecendo do passado dela e está avessa aos debates.

Mas, gostaria de poder usar por um minuto já que ela se utilizou por dois minutos e meio além do tempo, apenas para fazer algumas colocações se V. Exa. me permite, porque ouvi aqui trocadilhos, ouvi frases de efeito, mas nenhum dado que sustente na prática a melhora desse Governo que aí está.

Tanto é verdade que nas eleições municipais, onde o Governador pisou, perdeu! Mais especificamente em Londrina, a própria Deputada que foi apoiada pelo Governador do Estado fez uma votação pequena.

Gostaria de colocar aqui sobre a segurança pública. Onde é que está o geoprocessamento, a “Patrulha Escolar”, o “Projeto Povo”? Estamos vendo no dia-a-dia como é difícil conviver com esse estado de violência.

Quem fala o que é mentira é estelionatário! Foi isso que disse desse Secretário e sustento a quem quiser! Não tenho medo de cara feia!

A SRA. ELZA CORREIA (Pela Ordem)

Sra. Presidente.

Fico impressionada nesta Casa. Quando se coloca a opinião, a posição, e se ela for contrária, se é ofendido de uma forma atroz! Não dou o direito a ninguém de falar do meu passado! Fui ofendida aqui!

O SR. VALDIR ROSSONI

Sra. Presidente, questão de ordem?

O SR. NEREU MOURA

Sra. Presidente, questão de ordem?

A SRA. ELZA CORREIA

E a minha palavra é cassada!

O SR. VALDIR ROSSONI

V. Exa. nos aguarda colocarmos a Questão de Ordem e a Mesa se pronuncia.

O SR. NEREU MOURA

Sra. Presidente, vou acompanhar mais esta Sessão, para que o Regimento Interno desta Casa seja cumprido.

Deputado não pode usar uma Questão de Ordem para fazer discurso! Tem o Horário das Lideranças, o Pequeno e o Grande Expediente! Não pode fazer uma Questão de Ordem para admoestar e chamar a atenção de uma Deputada ou de um Deputado que está cumprindo com o seu pleno direito de fazer a sua manifestação.

Portanto, Sra. Presidente, a partir de agora vou levantar Questão de Ordem embasado no Regimento Interno desta Casa, para que este seja cumprido.

Questão de Ordem não é para fazer pronunciamento, discurso; é para buscar a observação do Regimento Interno desta Casa! É esta a Questão de Ordem que levo a V. Exa.

Gostaria que V. Exa. cumprisse com o Regimento Interno desta Casa.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sra. Presidente, a minha questão de ordem é na mesma direção colocada aqui pelo Deputado Nereu. Não podemos abrir exceção para questões de ordem, para fazer pronunciamentos, porque senão, para quem está inscrito no Pequeno, no Grande Expediente ou no Horário das Lideranças, será melhor pedir uma questão de ordem!

É uma questão regimental, em que a Mesa tem que exercer a sua autoridade!

O SR. BARBOSA NETO

Sra. Presidente, pela ordem.

O próprio Deputado Nereu Moura disse aqui que era uma questão de ordem, mas não se embasou em artigo e também fez um pronunciamento político. Será que eu não posso também defender, porque somos minoria nesta Casa? Temos o direito do debate. Pelos dois lados, Presidente.

O SR. NEREU MOURA

Pelos dois lados também, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

O artigo 105: “o Presidente não poderá recusar a palavra ao Deputado que a solicitar Pela Ordem, mas poderá cassá-la desde que o orador não indique desde logo o Regimento Interno, que está sendo desobedecido na marcha dos trabalhos”. Só vou obedecer ao Regimento Interno.

Horário reservado ao Deputado Padre Paulo.

A SRA. ELZA CORREIA

Para esclarecimentos, Sra. Presidente! Não existe isso!

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Não! Não pode pelo Regimento! Deputada Elza, inscreva-se nas Explicações Pessoais.

A SRA. ELZA CORREIA

Eu queria saber em que momento, porque vi, fiquei dois anos aqui e quando convém chamam o Regimento Interno e quando não convém, não chamam o Regimento Interno! Vi aqui durante esses dois anos, Deputado de um lado, Deputado de outro, usar a Questão de Ordem para várias questões! Agora, dependendo, o Deputado não pode mais. Fui ofendida!

O SR. VALDIR ROSSONI

Adoro o discurso da Deputada Elza, mas infelizmente não é o momento.

A SRA. ELZA CORREIA

Inscribo-me em Explicações Pessoais, porque fui ofendida e não arredo o pé desta Casa até fazer a minha defesa, porque meu passado não foi achado no lixo.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Está inscrita, Deputada.

O SR. NEREU MOURA

Sra. Presidente, pela ordem.

(**Assentimento**)

Vou acompanhar o cumprimento do Regimento Interno daqui para frente e vou cobrar da Mesa toda vez que ele não estiver sendo cumprido!

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Com a palavra o Deputado Padre Paulo.

O SR. PADRE PAULO CAMPOS

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados; visitantes das galerias; imprensa que aqui está; servidores da Casa.

Raramente venho a esta tribuna, até porque sei que o Parlamento é um lugar muito sério e que as palavras dos Deputados são palavras que de fato fazem ecoar a vontade pública da população do Estado do Paraná. E é nesse sentido que venho aqui hoje e já quero de antemão dizer que estou usando também o Horário da Liderança do meu Partido para falar a todos os paranaenses e de

maneira muito particular e especial aos companheiros Deputados e ao Governador Roberto Requião de uma necessidade grande que nós estamos passando atualmente; aliás, um sofrimento já de muitos anos e que, infelizmente, com o Governador Roberto Requião está piorando.

Lamento dizer isso e sou um Parlamentar da Base do Governo que sempre tem defendido o Governador, mas pela minha formação cristã, presbiterial, sobretudo pela prerrogativa de Parlamentar, devo hoje, nesta carta que vou ler aos Srs. Deputados, pedir ao Governador Roberto Requião - o que não estou fazendo em meu nome próprio, mas em nome da minha Bancada - que tome as devidas providências. E junto com a carta estamos também hoje protocolando um requerimento exigindo, na prerrogativa que temos, para que nosso Governador cumpra um convênio que passo agora a ler às Sras. e Srs. Deputados.

(Lê):

“Exmo. Sr.

Roberto Requião

Governador do Estado do Paraná

A Bancada do Partido dos Trabalhadores na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná encontra-se sensibilizada pela situação da Associação Projeto de Educação do Assalariado Rural Temporário - APEART e vem através desta solicitar deste governo diligência no sentido de acelerar o processo para assinatura imediata e o cumprimento dos acordos ajustados pela equipe responsável. Conhecemos o trabalho desenvolvido por esta entidade que, desde 1993 (o trabalho foi iniciado, portanto, durante o primeiro mandato de Governador de V. Exa.) desenvolve ações na área da educação popular, no Estado do Paraná, atuando desde este período, em cerca de 110 municípios. Nesse trabalho foram atendidos diretamente cerca de 34 mil educandos, através de 7 projetos. Atualmente, a APEART atende aproximadamente 2000 educandos (jovens e adultos), através de 67 núcleos de educação, presentes em 41 municípios do Paraná.

A ação educativa da APEART originou-se do trabalho de educação popular desenvolvido pela Comissão Pastoral da Terra - CPT/PR, nas regiões Norte e Noroeste do Paraná, junto aos trabalhadores rurais volantes. Na ação pastoral, era sempre solicitada pelos bóias-frias a viabilização de um projeto de alfabetização que lhes possibilitasse a expressão de sua cultura própria e acesso à leitura e aprendizado da escrita, a serem utilizadas em seu dia-a-dia, como mediação na luta pelos seus direitos e dignidade.

Em 1993, a partir da 8ª Romaria da Terra, em Florestópolis, e da realização de experiências-piloto em Tamarana e Bela Vista do Paraíso, surgiu o Projeto Educação do Assalariado Rural Temporária - PEART, sendo coordenado pela CPT-PR. A organização do PEART veio atender à expressiva categoria dos assalariados rurais, em termos de um processo global de educação e cidadania,

envolvendo as comunidades locais, através dos Grupos de Base de Alfabetização - grupos que abrem espaço para que as lideranças comunitárias possam debater, apoiar e também participar no processo de alfabetização.

Através de convênio com a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, o projeto passou a receber recursos públicos, viabilizando e efetivando alfabetização de, somente no ano de 1993, aproximadamente 1.500 bóias-frias no Paraná, em 118 turmas de alfabetização. Devido à rápida expansão do PEART, no final do ano de 1993, decidiu-se fundar a Associação Projeto Educação do Assalariado Rural Temporário - APEART. No ano de 1994, a APEART através do PEART atendeu 3.585 bóias-frias e, em parceria com as comunidades locais, paróquias, universidades, prefeituras municipais, dentre outros, amplia e dá continuidade a esta luta pela cidadania.

A partir de 1995, a APEART passou a atender 3.859 educandos em 178 turmas distribuídas em 53 municípios do norte e noroeste do Estado. Surgiram nesse ano outros projetos inovadores também desenvolvidos pela Associação, tais como: o Projeto Educação dos Posseiros do Paraná (PEPO), em parceria com a Associação das Famílias dos Trabalhadores Rurais de Pinhão (AFATRUP) e o Movimento dos Posseiros, vale a pena ressaltar que no ano de 1997 o projeto PEPO recebeu o prêmio de “Educação para a qualidade do trabalho” do Ministério da Educação e do Desporto e o Projeto Educação do Jovem à Universidade (PEJU), em parceria com a Pastoral da Juventude. Em 1996, o PEPO atendeu 20 turmas de alfabetização, no município de Pinhão, chegando a 40 turmas em 1997. O PEJU, com 5 turmas de cursinho popular pré-vestibular em Londrina e Cambé, atingiu mais de 200 alunos. O PEART ampliou seu raio de abrangência, instalando-se em mais de 70 Municípios do Estado, com 240 turmas de alfabetização, atendendo aproximadamente 5 mil alunos.

No ano de 1997, foram concebidos dois novos projetos pela APEART: o Projeto Educação de Crianças e Adolescentes em Situação de Risco (PECRIAR), desenvolvido na cidade de Londrina, e o Projeto Educação Reviver Indígena (PERI), iniciou turmas especiais e pioneiras com os jovens e adultos indígenas das etnias kaingang e guarani, em 12 áreas indígenas no Estado do Paraná, garantindo um processo educativo específico, diferenciado, bilíngüe e intercultural.

Em 1998, a APEART em parceria com a Comissão Regional dos Atingidos pelas Barragens (CRABI) deu origem ao Projeto Educação dos Atingidos por Barragens (PEABA), desenvolvido na região de Cascavel. No ano de 2001, inicia experiência piloto com mulheres que se prostituem nas ruas e praças na cidade de Londrina através do Projeto Educação das Trabalhadoras do Sexo (PETAS). Neste mesmo ano, em parceria com a Associação das Mulheres Batalhadoras do Jardim Franciscato, Conselho de Saúde da Região Sul de Londrina e Fundação Kellog, inicia a construção da Biblioteca Vir-

tual Comunitária (BIBComunitária) - projeto inovador em processo de implantação, reunindo propostas e alternativas potenciais na área da saúde e educação.

Nos últimos anos, 2002 e 2003, além das ações de alfabetização de jovens e adultos, a APEART desenvolveu experiências mais localizadas no Município de Londrina, em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social nos projetos Viva Vida e Sinal Verde, que atuam respectivamente com crianças e adolescentes em situação de risco e populações de rua. Também em 2003 em parceria com o Ministério Público executou o projeto PEAME (Projeto Educação Ambiental de Educadores) que visa formar e capacitar os educadores para popularizar o debate em torno da questão ambiental.

A APEART alcançou nos últimos anos um patamar de qualidade em educação bem avançada teórico-metodológica, contando com uma Coordenação Pedagógica e um Colegiado Político-Pedagógico responsáveis pela articulação das experiências dos vários projetos da Associação, através de um processo continuado de formação dos educadores populares, coerente com as diversas realidades sócio-culturais e regionais dos vários sujeitos envolvidos. A qualidade de suas ações vincula-se também pela sua forma participativa em planejar e decidir seus rumos, buscando também ampliar sua rede de atendimento através de sua política de parcerias com organizações e movimentos sociais e convênios com universidades, prefeituras e com a Central Única dos Trabalhadores. Também pela fundamental presença dos educandos e educadores envolvidos no trabalho político-pedagógico e no desafio em construir uma educação realmente cidadã.

Este trabalho foi reconhecido e premiado nacionalmente: por 2 anos consecutivos (1997 e 1998) a APEART recebeu o prêmio Educação para a Qualidade do Trabalho, do Ministério da Educação e da Cultura, como o melhor projeto de educação popular do Brasil.

Segundo informações fornecidas pela diretoria da entidade, apesar dos constantes cortes de recursos, a APEART organizou neste ano de 2004 turmas/núcleos de alfabetização em aproximadamente 40 municípios e começou a negociar o convênio junto ao Departamento de Educação de Jovens e Adultos - DEJA, em fevereiro do ano corrente, através da Chefe de Departamento, professora Maria Aparecida Zaneti e junto ao Diretor-Geral da Secretaria da Educação, professor Ricardo Bezerra. As negociações foram intensas e densas e em junho foi fechado o formato do contrato. Ainda em agosto as turmas foram visitadas por equipes da Secretaria da Educação, onde se verificou o pleno andamento das mesmas. Todavia, somente no início de novembro o contrato chegou à Casa Civil para a assinatura do Governador e até hoje isto não ocorreu.

As intenções apresentadas nas negociações são as da APEART colocar-se como protagonista na luta pela superação dos alarmantes índices de analfabetismo no Paraná, em parceria e rede com as demais iniciativas de

analfabetização no Estado, sobretudo com as ações governamentais nesta área, no esforço articulado para garantir acesso e permanência, principalmente às populações específicas como trabalhadores bóias-frias, indígenas, posseiros e outros, alcançando-os nos seus lugares de convivência.

Enfim, durante este ano, 82 trabalhadores entre educadores e supervisores pedagógicos persistiam na tarefa da alfabetização dos jovens e adultos, e até o momento não houve nenhum indicativo de garantir a continuidade desta experiência, que tem feito do Paraná uma referência no compromisso com os grupos sociais marginalizados em nossa sociedade.”

A SRA. ELZA CORREIA

Deputado Padre Paulo, solicito um aparte.

(Assentimento)

Serei breve e estou acompanhando o seu raciocínio. Ocorre que me inscrevi para explicações pessoais mais tenho que pegar um vôo e talvez não dê tempo. Desculpe Padre Paulo, acompanho o seu raciocínio e concordo com a questão que o senhor está levantando.

Gostaria de colocar que não tive oportunidade anteriormente e, infelizmente o Deputado Barbosa Neto não está aqui mas deve estar ouvindo em algum lugar e dizer que o meu passado é o que legitima o meu presente. A gente é hoje o que foi ontem e eu posso assegurar que o meu passado é tão limpo quanto é o meu presente e será o meu futuro. Gostaria de colocar também que atribuir a não vitória desta Deputada na Prefeitura de Londrina pela passagem do Governador Roberto Requião, também é um equívoco, porque ganhou o Prefeito apoiado pelo Governador Requião, também é um equívoco, porque ganhou o Prefeito apoiado pelo Governador Requião no 2º turno e outros perderam a eleição e não tinham nada a ver com o Governador.

Era isso. Obrigado.

Desculpe desviar o assunto mas era fundamental que eu sáísse daqui hoje, deixando clara essa questão.

Obrigado.

O SR. PADRE PAULO CAMPOS

Obrigada, Deputada.

Eu quero apenas, Sra. Presidente, que me conceda mais um minuto. O Governador Requião disse que não assinou o convênio porque o mesmo está eivado de irregularidades. Ora, quero dizer ao Governador Requião que se isso é verdade, ele deve demitir os seus assessores, como um projeto que desde 1º de abril está aí para ser analisado, que vai para a mesa do Governador para ser assinado, está eivado de irregularidades. Que peça então, aos seus assessores que sejam mais fiéis a ele próprio, como Governador. Nós pedimos, como Bancada do PT, mostre à APEART, mostre-se quais as irregularidades, porque iremos corrigi-las. Esta é uma prova que damos ao Governador Requião. Quero pedir-lhe que cumpra

aquilo que tanto diz da opção preferencial pelos pobres, em Puebla.

Este é o momento de o Governador cumprir, ao assinar este convênio, a opção preferencial pelos pobres que ele disse com muita categoria e eu concordo. Cumpra, Governador, a opção pelos pobres, porque são quase cem educadores que estão na miséria desde o dia 1º de abril sem receber um centavo, quando seus vencimentos são de apenas um salário-mínimo.

Quero, por último, pedir veementemente ao Governador para que, de imediato, assine o convênio e faça os repasses dos vencimentos à APEART.

Termino, apresentando o Vereador Joel Magalhães que está aqui nos visitando nesta tarde.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Terminado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso o espaço da Sessão de hoje para dizer-lhes que na manhã de hoje a Comissão de Finanças teve uma Audiência Pública com relação ao projeto de lei que visa criar o Fundo de Saúde da Polícia Militar do Paraná.

A Mensagem veio do Executivo para a Assembléia Legislativa, já tem tramitado na CCJ e encontra-se atualmente na Comissão de Finanças. Sabemos que - por informações que chegaram à nossa pessoa e ao meu gabinete - antes do envio desse projeto, diz que haviam sido realizadas diversas reuniões entre a Associação da Polícia Civil, o Comando da Polícia Militar e o Governo do Estado, e por sugestão do Deputado José Maria Ferreira na semana passada, fizemos essa Audiência Pública na manhã de hoje.

Nós convidamos e tivemos o prazer de ter a presença do Procurador Geral do Estado do Paraná, o Dr. Sérgio Botto de Lacerda, da Casa Civil, não do seu Chefe titular, que enviou para essa reunião na manhã de hoje, o Sr. Eloy Mezzadri, tivemos o Diretor de Assistência à Saúde da Secretaria da Previdência do Governo do Estado, o Sr. Cezar, a presença do Comandante Geral da Polícia Militar, Coronel Pancotti, o Presidente da Associação de Defesa dos Direitos dos Policiais Militares Ativos e Inativos e Pensionistas, Coronel Furquin, tivemos também a presença do Presidente da Associação da Vila Militar, Coronel Sá Ribas e também a presença do Diretor de Saúde da Polícia Militar do Estado do Paraná, Dr. Ciro.

Na verdade o que houve, Sra. Presidente, é que antes do envio desse projeto houve um entendimento e um acordo entre a Associação e o Governo do Estado, através da Polícia Militar e através das Secretarias afins desse fundo de saúde e houve um acordo e um entendimento. Só que, quando a mensagem veio à Assembléia

Legislativa do Estado do Paraná, foram excluídos alguns itens que tinham sido acordados ou a inclusão de outros que não faziam parte desse acordo.

Por essa razão tivemos a presença de todas essas pessoas. E o que sentimos nessa audiência, Deputado Tadeu Veneri, é que existe o interesse, tanto por parte da Polícia Militar como da Associação, para que continuemos conversando e possamos chegar num entendimento. Acho que esse entendimento em relação ao fundo da saúde não está distante, está muito próximo. Na verdade o fundo da saúde foi criado por um decreto há muitos anos, já há 40 anos e não foi regulamentado, ainda, por lei, e agora o Governo procura oficializar e criar através da lei!

Existem, porém, alguns embargos que devem ser corrigidos e que têm que ser adaptados para que não venhamos a prejudicar nenhum e nem outro. E ficou muito claro na reunião de hoje de manhã, que tanto o comando da Polícia Militar, como o próprio Governo do Estado através do seu Procurador, que transmitiu isso hoje de manhã com a presença dos Deputados, e podemos dizer que essa reunião, essa audiência, foi muito boa.

Tenho certeza que depois dessa reunião vamos continuar esse entendimento para que possamos chegar num denominador, sem maiores problemas para a criação desse Fundo. O que existe na verdade, é uma grande preocupação com relação a: onde vai ficar o dinheiro e o saldo que existe hoje no Fundo de Saúde no Estado do Paraná, ou seja na Polícia Militar? Isso vai ficar assegurado que está numa conta específica. E a mesma coisa, o gerenciamento desse Fundo, com quem ficaria? Acho que são pequenos detalhes ainda que devem ser acertados.

Gostaria de agradecer a presença de todos os Deputados que estiveram lá hoje pela manhã, como também a presença do pessoal do Governo do Estado e da Polícia Militar, todos que estiveram presentes, que têm demonstrado um grande interesse para que possamos chegar num final feliz como se diz muitas vezes. Na verdade algumas propostas foram feitas ao projeto de lei pela Associação, muitas delas foram acatadas pelo Comando e pelo próprio Governo que serão entregues à Comissão de Finanças, para que possam ser incluídas nesse projeto em forma de emenda ou talvez até de um substitutivo geral ao projeto de lei e tudo isso possa ser solucionado agora nos próximos dias. Se houver entendimento, poderemos entregar o parecer ainda na semana que vem. O Deputado Dobrandino esteve presente e assistiu a grande parte dessa reunião.

A outra questão que queria levantar, é a mesma que o Deputado Traiano levantou ontem, aqui e hoje também levantado pelo Deputado Líder da Oposição, Durval Amaral, pelo Deputado Plauto. Ontem participou também o Deputado Fernando Ribas Carli, no que diz respeito à COPEL Geração e a COPEL Distribuidora de Energia Elétrica no Estado do Paraná. Por uma decisão da Justiça a COPEL foi obrigada a levar para a Bolsa e

levar no leilão a venda de energia, bem como, também a distribuidora de energia no nosso Estado.

Só gostaria de dizer aos senhores, que mais uma vez mostrou, não que queríamos desfazer de um bem e jogar a COPEL para fora. Tem que ser esclarecido o seguinte: O que é que a Assembléia fez em 2001? Não foi proibir a venda! A Assembléia Legislativa já tinha autorizado a privatização da COPEL. E o projeto de iniciativa popular apresentado em 2001 visava revogar a lei que já autorizava a COPEL vender o seu patrimônio. E a Assembléia em 2001, por maioria dos votos não revogou a venda da COPEL. A COPEL não foi vendida, porque na verdade ela foi valorizada demais; não houve compradores.

Então a Assembléia não impediu em nada. Isso tem que ficar bem claro. A COPEL não foi vendida, não foi privatizada em 2001, porque não houve e não tinha compradores, porque os que tinha, entenderam que o valor colocado a leilão estava colocado muito acima daquilo que o Governo estava colocando à venda.

Mas vamos entender o que é a livre iniciativa. Todos nós sabemos o que é isso. Concorrência, o que é isso? Quando nós temos concorrência, quem ganha é o consumidor. Nós já falamos aqui, o que seria do consumidor que tem que comprar os alimentos no mercado se tiver só um mercado. Quanto mais mercado tivermos numa cidade, quem ganha com isso é o consumidor, porque força a concorrência. E nós falamos em 2000, 2001, 2002 e vamos falar hoje aqui novamente. O que é que é bom para o consumidor de energia elétrica, se ele pode optar por uma distribuidora, se ele puder ter a liberdade de comprar da Companhia que oferecer a energia mais barata?

Isso nós colocamos em 2001 e 2002 quando estava para ser votada a privatização da COPEL. E o que é que o Deputado Plauto levantou hoje? Como levantar os números para refrescar a memória? A COPEL Geradora e a COPEL Distribuidora têm um monopólio, e quando tinha o monopólio não podia comprar de outra geradora. E um megawatts/hora da energia foi vendido da COPEL geradora à COPEL Distribuidora a 65 reais, porque não tinha uma outra opção de se comprar. Ontem, ficou confirmado que a COPEL Geradora coloca no leilão a sua energia a 57 reais ela vendeu a sua energia. Quantas empresas compraram energia? 32 empresas da COPEL! A COPEL Geradora vendia para a COPEL Distribuidora a 65 reais, porque tinha o monopólio e agora no leilão vende a 57 reais! Quando a COPEL Distribuidora comprou na Bolsa, energia a 51 reais. E quanto ela pagava quando tinha o monopólio? 65 reais. Comprou a 14 reais mais barato! E quem vai ganhar com isso? Basta a COPEL Distribuidora repassar esse desconto, essa compra de energia mais barata para o consumidor, e aí digo o tempo é dono da razão.

Quando nós defendemos a livre iniciativa, quando falamos que o Governo tem que cuidar da educação, saúde e segurança e não abrir mão do controle da energia,

da comunicação e do saneamento e de combustível - isto o governo não pode abrir mão - mas, o governo pode abrir mão, sim, da comunicação, da energia e tantas outras coisas mais que o Governo está fazendo, hoje. E vamos forçar a concorrência! Ficou provado, ontem, que a COPEL Distribuidora é nossa! Que a COPEL Geradora é nossa! Ela comprou, a energia por 51 reais o mw/h, e pagava à COPEL Geradora, 65 reais. E por que é que ela comprou mais barato? Porque houve o leilão! Você compra de quem você quiser! E aí é que vem a pergunta; quem está certo? Será que nós estamos certos, ou o governo está certo, quando tentou vender uma imagem para o povo do Paraná?

Com toda certeza, sobre este assunto, muitas vezes nós ainda vamos debater, aqui mas, fica comprovado que a COPEL comprou a energia muito mais barato porque tem a oferta, a livre iniciativa e a concorrência! Quem ganha com isto não é governo, não é Deputado! Quem ganha com isto é o consumidor! Basta que o Governo do Estado determine que COPEL, que é do Governo do Estado, dê os 25% de aumento, sim, no atual Governo, no custo da energia! Agora, vamos reduzir a energia para o consumidor, conforme o que preceitua ou ao menos aquilo que a COPEL conseguiu fazer no dia de ontem, comprando a energia mais barata.

Agradeço muito ao Deputado Stica, Líder do Governo, uma vez que nós dividimos o Horário do Grande Expediente para nossa pessoa e também para ele.

Muito obrigado, Srs. Deputados. Fica este registro para os Anais da Casa.

A SRA. PRESIDENTA (**Arlete Caramês**)

Com a palavra o Deputado Natálio Stica.

O SR. NATÁLIO STICA

Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados.

O clima natalino faz com que a Oposição e a Situação dividam o mesmo horário. E, aproveitando, foi até muito boa esta divisão, porque me dá oportunidade inclusive de começar respondendo ao meu amigo Elio Rusch, que acabou falando algumas coisas com as quais não concordo e certamente vou rebatê-lo.

Primeiro, quero responder ao Deputado Barbosa Neto. Infelizmente, não o vejo no plenário, mas se estiver no seu gabinete, o sistema de som permite que ele escute, porque talvez queira me responder, quero lembrar-lhe que a COPEL, de quem ele começa falando mal, aqui, e por extensão do Governador Roberto Requião - aliás, Sra. Presidenta, quero que minha assessoria faça um requerimento pedindo as notas taquigráficas da Sessão de hoje, porque vou encaminhá-las ao Governador Roberto Requião, para que ele tome as devidas providências - porque, fazer oposição é salutar, perder o respeito, nós não podemos permitir!

A COPEL empresa que é orgulho do povo do Paraná e graças à competência dessa empresa e do seu quadro técnico, é que dá as condições de o Governador

fazer dela um instrumento para o seu programa social no nosso Estado. Quero lembrar, aqui, a tarifa chamada “Luz Fraterna”, aonde 236 mil famílias são atendidas pela COPEL. Temos outras famílias do Estado do Paraná que com o dinheiro pago dos cofres públicos para outras empresas, como a empresa de Guarapuava, a empresa de Coronel Vivida, de Campo Largo, de Ribeirão Claro, Barra do Jacaré, Rio Negro, a própria CELESC, para garantir o programa “Luz Fraterna”, que é, sim, um programa voltado às famílias de baixa renda, e, portanto, cumprido seu programa de governar para os pobres.

Lembro, ainda, a “Tarifa Social”, da água da SANEPAR, que por ser uma empresa pública consegue dar conta da água tratada nos lares das famílias mais necessitadas do nosso Estado.

Tenho aqui alguns dados que eu gostaria de ler aos Srs. Deputados.

(Lê):

“COPEL: NÚMERO DE LIGAÇÕES INDUSTRIAIS CRESCEU NO PARANÁ E CAIU EM SP, MG, SC E RS

Em 18 meses, COPEL ligou em média 10 novas indústrias por dia útil no Estado.

Comparativamente aos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, o Paraná foi o único a fechar o ciclo de um ano e meio iniciado em janeiro de 2003 com mais indústrias ligadas às redes elétricas.

A variação positiva de 3.774 novas unidades industriais atendidas pela COPEL no Paraná em 18 meses se contrapõe à retração verificada em São Paulo (8 mil indústrias a menos), no Rio Grande do Sul (4,5 mil), em Santa Catarina (860) e em Minas Gerais (110). As informações foram obtidas pela Superintendência de Mercado e Regulação da COPEL junto a fontes autorizadas.

‘O fato de o Paraná constituir exceção nesse universo deve ser atribuído diretamente ao Governador Roberto Requião e à eficácia das medidas por ele adotadas para incentivar o crescimento da economia e a geração de empregos e de renda no Estado - entre elas, a decisão de manter a COPEL a menor tarifa de energia elétrica do Brasil’, analisa Paulo Pimentel, Presidente da empresa.

Com uma detalhe, segundo Pimentel: ‘Tal decisão só se tornou possível graças à corajosa interferência do Governador ao determinar a renegociação dos contratos de compra de energia herdados da gestão anterior, tão lesivos à COPEL e que acabariam com a empresa ainda em 2003’.

Desconto - Para o dirigente da estatal, a estratégia de Requião ao conceder descontos sobre a tarifa de energia para quem paga as contas em dia - atualmente de 12,5% em média - seria ‘um motivo bastante atraente’ para uma nova indústria optar por se instalar no Paraná. ‘O interesse é diretamente proporcional ao peso do preço da energia na composição dos custos de produção’, explica Pimentel. E a movimentação no setor tem sido

intensa, a julgar pelo trabalho dos nossos eletricitistas: a cada dia útil 10 novas ligações industriais são feitas no Paraná.”

Então vejam, estes são os resultados que fazem dessa empresa não só a melhor do Paraná, mas a empresa que recebeu o prêmio de competência como a melhor das Américas, não só da América do Sul, América Latina. Inclui a América do Norte.

Um novo programa lançado pelo Governador do Estado do Paraná que eu não vi os Deputados da Oposição aqui fazerem qualquer elogio, mesmo sabendo merecedor, porque é um programa interessante para o nosso Estado, que é o programa “Irrigação Noturna”, que beneficia de imediato mais de trinta mil agricultores.

(Lê):

“O programa inédito no Brasil, foi lançado pelo Governador Roberto Requião e reduz o valor cobrado pela energia elétrica usada na irrigação durante a noite.

O Governador Roberto Requião lançou o programa Irrigação Noturna, que vai beneficiar 30 mil agricultores, em uma ação inédita no Brasil. O lançamento foi feito durante a abertura da 7ª EXPOCOP - Exposição Agropecuária Comercial e Industrial, e a solenidade dos 60 anos da Secretaria da Agricultura, neste sábado (21), em Cornélio Procopio. ‘Este programa deve dobrar a produção do Estado no médio prazo’, disse o Governador, lembrando que 4 milhões de toneladas da safra passada não seriam afetadas pela estiagem, se houvesse a facilidade que o programa proporciona para a irrigação.

O programa tem o objetivo de facilitar o acesso de agricultores à técnica de irrigação, com o barateamento da tarifa de energia elétrica utilizada entre as 21h e 6h. Até 2006, pretende ser estendido para mais de 15 mil novas propriedades e readequar o horário de irrigação para outras 15 mil. A previsão é que o Irrigação Noturna seja utilizado em mais de 50 mil hectares. ‘Mesmo com todo dinheiro direcionado pelo governo que me antecedeu para as montadoras, o que puxa a economia do Estado é a agricultura’, completou o Governador.

Com o programa, agricultores como José Neto, poderão lucrar mais e aumentar a diversidade de culturas. ‘Com a irrigação mais acessível eu posso utilizar adubo orgânico, que é mais barato’, projeta. Criador de bicho da seda, Neto explica que a irrigação melhora a brotagem da amora. ‘Além disso, agora, eu posso planejar o plantio de legumes ou outras culturas’, salienta.

Sua opinião é compartilhada por José Carlos Almeida, também criador de bicho da seda, que considera significativo o gasto com energia de sua bomba de água, apesar da atual tarifa ser reduzida. ‘Não teria problema algum em irrigar durante a noite, se eu pagar menos pela energia’, acrescenta.

Custos - O programa consiste na redução de 60% a 70% na tarifa de baixa e alta tensão, além de outros benefícios. ‘O agricultor deve pagar pela tarifa rural, que já tem seu valor reduzido, quase 12% do valor normal’, destacou Requião. Os agricultores inscritos no programa

receberão até 200 metros de rede de energia elétrica e complementação de até 600 metros de rede gratuita e o restante terá auxílio de 50%”.

Nunca tivemos uma valorização tamanha que beneficiasse a nossa agricultura. Quem atesta isso é o nosso Vice-Governador, Orlando Pessuti.

Gostaria de dizer ao Deputado Elio Rusch, meu amigo, quando ele fala que o tempo é o senhor da razão.

Os senhores da Oposição que sempre defenderam a livre iniciativa estão com a razão hoje quando mostro que barateou a energia elétrica por conta da livre iniciativa.

Queria deixar registrado que graças a uma ação do Governo Lula. E tanto foi criticado pela Oposição desta Casa.

O Deputado José Maria ferreira dizia há pouco que o Governador Roberto Requião tem razão quando ele faz a sua crítica. Por quê? Porque o Governador Roberto Requião está vendo o Estado do Paraná como o governo que é. Aí perde, em relação ao cenário nacional, o nosso Estado.

Então, temos que nos ver como cidadãos brasileiros e aí a contribuição do Estado do Paraná para o Brasil é gigante, quando permite que o povo brasileiro tenha acesso a essa energia produzida com tanta fartura neste Estado. O Estado do Paraná que é e foi solapado pelos nossos representantes lá em Brasília, que nunca levantaram as suas vozes para garantir o ICMS da energia do nosso Estado. Isso sim já devia ter sido corrigido, porque aqui que deveria ficar o ICMS, ou pelo menos parte dele e não fica!

Estamos contribuindo com a proposta do Governo Lula de fazer com que todos os brasileiros possam ter acesso a uma energia mais barata. Mas isso também tem um significado. Não é num estalar de dedos. A chamada energia velha, a energia das usinas já construídas com o dinheiro público. E é por isso que o Paraná está com essa diferença, porque a maior parte da nossa energia é considerada como energia velha.

Por que tem a diferença? A chamada energia média e nova? Energia média são as que estão já num novo processo. E a energia nova que é a mais cara, é aquela que terá um plus diferencial para amortizar os investimentos nos futuros investimentos em hidrelétricas, que futuramente estarão ajudando a manter a luz que ilumina e que gera riqueza em nosso País.

O Governador Requião está correto sim, na sua atitude de paranista no sentido de defender este Estado. E não se contrapõe, tem dito publicamente; sabe da vontade que tem o Presidente Lula, de acertar este País.

Aliás, só foi e só aconteceu isso, Deputado Elio Rusch graças à interferência estatal e não só das “COPEL’s” da vida e tantas outras que ainda são estatais, mas da interferência do Governo Lula, que como um verdadeiro estadista pode tomar essa decisão. Se tivesse pela mão da livre iniciativa a energia elétrica do nosso País,

certamente estaríamos pagando muito mais e, não sei se teríamos toda a energia necessária.

Quero encerrar lendo aqui, que recebi, ontem, dizendo:

(Lê):

“Confiança em Lula sobe de 58% para 63% aponta a pesquisa.

Rio de Janeiro: a avaliação positiva do Governo Lula voltou a subir em novembro, segundo pesquisa feita pelo IBOPE para a Confederação Nacional da Indústria.

O levantamento, também, mostra que o nível de confiança, no Presidente Lula subiu de 58% para 63%, já o nível de desconfiança caiu de 37% para 33%. De acordo com o IBOPE, 41% dos entrevistados consideram que o Governo Lula está sendo ótimo, bom e positivo. Em setembro esse percentual era de 38%, a avaliação negativa caiu de 19% para 16% no período.

A pesquisa mostra que 62% dos entrevistados aprovam a maneira que o Presidente Lula governa o País. Em setembro, esse percentual era de 65%; pelo lado da desaprovação era 30%.

A pesquisa feita entre os dias 24 a 29 de novembro, que ouviu 2002 pessoas, em 140 Municípios do País, foi de uma margem de erro de 2.2 percentuais que traz essa notícia, que o povo brasileiro está cada vez mais acreditando no trabalho do nosso Presidente”.

Tenho certeza, o Brasil caminha a passos seguros e firmes. O Paraná com o Governo Requião caminha a passos seguros e firmes, para que possamos ter um Estado que volte a ser um Estado pujante retornando o seu lugar que foi infelizmente tirado pelo desgoverno que tivemos nos últimos 8 anos, do ex-Governador Jaime Lerner.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Terminado o Grande Expediente, passamos às Lideranças Partidárias.

PTB. Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O que nos traz à tribuna hoje, é que eu ouvi hoje vários comentários exatamente feitos em relação à Segurança Pública.

Acho que a Segurança Pública do Paraná está passando por um momento de muita delicadeza. E neste momento, como membro da Bancada do Governo, como Deputado que apóia aqui as iniciativas do Governo e como um Deputado que se porta na base, eu gostaria de fazer um comentário na mesma linha que o Governador Roberto Requião faz quando critica o Presidente Lula. O Governador tem dito que apóia o Governo Lula, mas que discorda da sua política econômica. Quero usar o mesmo discurso do Governador Requião: apóio o seu Governo, acho que fez inúmeras melhorias, é um governo altamente social, mas não concordo com o Secretário da Segurança do Paraná.

Um Secretário que vai a uma cidade como Ponta Grossa, um pólo dos Campos Gerais, mente para a população e não fica nem vermelho, acho que não merece o nosso respeito!

O Secretário Delazari, carinhosamente chamado pela Oposição de Roberto Carlos, em função daquele episódio triste lá em Cascavel, foi à Ponta Grossa, recentemente, e fez um belíssimo discurso que eu acabei saindo do palanque porque ele disse, diante de toda Polícia Militar de Ponta Grossa, dos próprios homens do Projeto POVO que lá estava sendo implantado, de que vinte novos homens estavam sendo colocados em Ponta Grossa.

Isso, Deputado Dobrandino, está gravado na voz do Secretário Delazari quando ele diz exatamente que vinte homens foram colocados em Ponta Grossa, mas para surpresa da gente, depois viemos descobrir por meio de um requerimento que fiz nesta Casa, que não foi convocado nenhum homem para Ponta Grossa; pelo contrário, foram retirados mais de doze homens para o Projeto POVO em Guarapuava, saíram do batalhão de Ponta Grossa lá para Guarapuava.

Se alguém achar que não é verdade o que estou falando, posso trazer aqui uma cópia da voz do Secretário Delazari quando ele fala exatamente isso. Então, concordo com o Governo Requião, pois é um Governo que tem feito avanços, mas não concordo com o Secretário da Segurança que não atende Deputado, que manda sempre um imediato seu atender e que, por fim, ainda diz que Deputado não sabe nem o que é geoprocessamento, algo que aconteceu com o Deputado Reni.

Ora, um Secretário que ataca, que fala, que vai lá na escolinha do Requião e ataca um Deputado que vota, muitas vezes, favorável ao Governo Requião, não merecia estar lá.

Então, quero deixar aqui o meu voto, com educação, sinceridade e respeito, de repúdio ao Secretário Delazari. Primeiro, pela mentira que ele passou, pela vergonha que fez o Governador passar lá em Ponta Grossa, quando disse que tinha mandado os homens, quando, na verdade, apenas quatro homens para Florestal foram mandados pelo Governo. O Governador nem sabia o que ele estava fazendo. Quero deixar esse comentário aqui e engrossar a fileira daqueles que dizem que está na hora de fazer mudanças na Secretaria de Estado.

Por outro lado, ao encerrar, alguém convocou o Secretário Pissetti para vir a esta Casa. Eu conversava, ontem, com o Secretário Airtton Pissetti e ele vai vir a esta Casa e, pode ter certeza, muitos que estão fazendo bonitos comentários aqui vão se surpreender. Vêm novidades aí!

O Secretário virá aqui surpreender certas pessoas que andam atacando, fazendo comentários apenas baseados no pronunciamento de um jornalista que falou algo que não tinha direito de falar e que atacou alguém que não devia. Como agora há pouco ouvi alguns comentários aqui, sobre a COPEL; mas daí lembrei-me

que há uns anos atrás eu via no Paraná, bispos, líderes comunitários, pessoas do povo dizendo: “não vendam a COPEL, Srs. Deputados. É traição vender a COPEL”.

Lembro-me que muitos que estão falando da COPEL hoje, assinaram aquele documento para vender a COPEL, para não ter a “Luz Fraterna”, para não ter água a custo baixo que estão recebendo hoje as pessoas mais humildes. Vejo hoje comentários, não direitos, que lá no passado quando estavam no poder, tinham discurso que podia ser vendido e hoje fazem discursos moralizadores.

Parabéns aos Deputados que antes queriam vender a COPEL e hoje estão criticando-a!

Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

PFL, Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na verdade eu não ia usar mais esse Expediente, mas o pronunciamento do Deputado Jocelito e também do Líder do Governo, Deputado Stica, fizeram com que eu tenha que usar esse espaço do PFL para fazer algumas considerações.

Primeiro, vamos entender o que é “Luz Fraterna” e quem paga a “Luz Fraterna”. Estão dizendo que só tem “Luz Fraterna” aquele de baixa renda, porque a COPEL é estatal.

Ora, Srs. Deputados. Quem paga a “Luz Fraterna” é o Governo do Estado, não é a COPEL. Então se a COPEL é estatal ou se fosse qualquer outra empresa, o Governo pagaria essa energia.

Deputado Jocelito Canto, com todo o respeito que tenho por V. Exa., o Governo instituiu a “Luz Fraterna”. Agora, não é a COPEL que paga. Não está de graça. Quem dá é o Governo do Estado. O dinheiro sai do Tesouro do Estado. E me corrijam se estou errado, por favor.

Então se a COPEL é estatal ou não, não tem nada a ver com “Luz Fraterna”. Vamos parar de brincar. Vamos falar para o povo que a “Luz Fraterna” tem porque é o povo do Paraná que paga com os seus impostos. O dinheiro sai do Tesouro do Estado e não da COPEL. Vamos falar isso para o povo, vamos parar de enganar, vamos falar aquilo que existe.

O que eu disse, Deputado Jocelito Canto, quando a energia foi comercializada ontem no leilão, a COPEL Distribuidora comprou a R\$ 14,00 mais barato o mega-Watts/hora. E por que comprou mais barato? Porque existe a livre iniciativa, existe a competição no mercado!

Até citei um exemplo bem didático para que possamos conhecer, Deputado Carlos Simões: Se tivermos só um supermercado na cidade, ele praticará o preço que quiser. Mais mercados, mais concorrência nós temos!

Isso é o que vai acontecer com a energia elétrica. Está acontecendo no Brasil.

Só espero que o Governo do Estado determine à COPEL que essa compra da energia mais barata pela livre iniciativa que temos no País e graças ao Governo Lula e aí eu defendo, sim, Deputado Natálio Stica, porque o Governo Lula avança, enquanto no Paraná estamos regredindo nesse setor! Estamos andando na contramão! O Governo Lula, sim, e o PFL é adversário dele, mas não me canso de dizer aqui da tribuna, já disse muitas vezes, que eu enalteci sim, alguns programas do Governo Lula e um deles, depois que assumiu a Presidência, fez as viagens e abriu o Brasil para o mercado mundial.

O Sr. Fernando Ribas Carli

Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. ELIO RUSCH

Com todo o prazer, em seguida.

Abriu o mercado do Brasil para que aqui pudesse ser investido na geração de rendas e riquezas. Precisamos, no Brasil e no Paraná, de emprego. Quem dá emprego não é Governo. Quem dá emprego é a livre iniciativa. Só as empresas é que dão emprego, mas o Governo não pode atrapalhar, como está atrapalhando o Paraná, sim! Rompe contratos e isso tem reflexo no mercado internacional. Na França, na Europa, na Ásia, em qualquer país, não se fala que é o Governo Requião do Paraná, se fala no Brasil. O Ministro deu um despacho em Brasília, quando fez essa menção, que o Brasil estava sendo prejudicado em relação às atitudes tomadas pelo Governo do Estado.

Concedo um aparte ao Deputado Fernando Ribas Carli.

O Sr. Fernando Ribas Carli

Deputado Elio Rusch, muito obrigado por me conceder este espaço.

Ontem ficou evidenciado da assertiva do programa energético, da política de energia do Governo Federal, quando coloca a concorrência. Deputado Dobrandino Gustavo da Silva, vem aí o PT, o Partido dos Trabalhadores, dando seqüência a um projeto com visão de futuro. O mundo hoje é competitivo, porque quem ganha com a competição é o povo.

Deputado Elio Rusch, mais uma vez o senhor faz um pronunciamento que resgata a memória desta Casa, dos avanços, das discussões que tivemos a respeito da COPEL e da energia elétrica.

Eu queria neste aparte, nobre Deputado Elio Rusch, relembrar algo que poucos Deputados sabem, embora tenhamos falado, mas claro, não convivem com isso: em Guarapuava, cidade onde nasci, onde que terei a honra e a felicidade de ser Prefeito a partir do dia 1º de janeiro, a distribuição de energia elétrica não é da COPEL. No perímetro urbano de Guarapuava, quem tem a concessão de distribuição de energia elétrica é a Com-

panhia Força e Luz do Oeste, uma empresa privada, que data de 1912. Mas na área rural, a concessão é da COPEL e é um rio que divide, nobre Presidente Deputada Arlete Caramês. Só que quem está para o outro lado do rio, está na parte rural do Município; é atendido pela COPEL, e paga hoje 19% mais cara a energia elétrica, do que quem mora na cidade e é atendido pela Companhia Força e Luz do Oeste.

O interessante é que a Companhia Força e Luz do Oeste, Deputado Rafael Greca, não tem usina. Ela não gera energia e vende a energia 19% mais barata do que a COPEL. Como é que ela consegue? Porque ela vinha, Deputado Marcos Isfer, comprando energia elétrica no mercado “spot”. Isto comprova o que aconteceu ontem. A COPEL participa do leilão e a sua distribuidora tem que comprar energia mais barata, para fazer uma média de preço, porque o preço médio do megawatt, no leilão de ontem, ficou em torno de 61 reais.

Conhecíamos esse disparate de preço, porque vivenciamos isso no dia-a-dia de Guarapuava. Ontem ficou claro para o Paraná todo, que a COPEL terá que ser mais eficiente. Terá que vender, a COPEL Geração, energia mais barata, para poder ser competitiva.

Muito obrigado, Deputado e à Presidente pela concessão.

O SR. ELIO RUSCH

Agradeço ao Deputado Fernando Ribas Carli e encerro o meu pronunciamento, Deputada Arlete, que preside a Sessão de hoje, e com toda certeza amanhã eu gostaria de falar sobre outro assunto muito bem levantado pelo Líder do Governo, a questão do ICMS de energia elétrica. Aliás, é um tema muito palpitante que eu, no primeiro e segundo mandatos, tenho defendido veementemente essa questão do ICMS sobre a energia elétrica.

Encerro dizendo muito obrigado à Sra. Presidente e aos Srs. Deputados e dizer que energia elétrica é como o telefone: quando era do Governo, pagava três ou quatro mil reais e tinha que esperar um, dois ou três anos para receber uma linha telefônica e hoje você compra uma linha telefônica por R\$ 12,00 e é instalado em dois ou três dias apenas.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

No Horário da Liderança da Oposição, com a palavra o Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ouvi atentamente o pronunciamento do Líder do Governo, nobre Deputado Natálio Stica, e imaginava a dificuldade de defender simultaneamente posições tão antagônicas do Presidente Lula e do Governador do Estado do Paraná, principalmente no que se refere aos setores energéticos brasileiro e paranaense. São posições

totalmente antagônicas, inclusive com relação à Ministra Dilma, que tem um passado, uma trajetória, uma história de Esquerda, mas diante da realidade do setor energético tem sido uma postura até de vanguarda.

Todos nós sabemos o número de PCHs, de Pequenas Usinas Hidrelétricas do Estado do Paraná que estão paralisadas desde o primeiro dia do Governo atual, por sua total insensibilidade. Criaram-se obstáculos através da Secretaria de Meio Ambiente, através do IAP, e essas PCHs, que iriam gerar energia no Estado do Paraná, estão paralisadas!

E, no contraponto, a CEMIG, no Estado de Minas Gerais, o Governador Aécio abre a Companhia Energética de Minas Gerais e grande parte do capital nacional inclusive migra para lá, em função das parcerias; e aliás, a parceria público privada proposta pelo Governo Lula e tão atacada pelo Governo do Estado do Paraná.

Então, essas contradições não se sustentam em um mesmo discurso. Nós estamos vendo a COPEL na contramão da história e ainda bem que o Governo começa a enxergar que está na contramão, porque a Assembléia Legislativa aprovou aqui o fim das parcerias, que era uma proposta do Governo anterior e agora, forçosamente, o atual Governo e o Presidente da COPEL sentem-se no dever de dizer que as parcerias são obviamente interessantes para a COPEL, um bom negócio para a COPEL. Mandem a lei, então, para revogar o próprio discurso!

O grande problema no Estado do Paraná é que o Governo atual está demorando dois anos para redescobrir a roda! Isso é extremamente lesivo não só para a COPEL, mas para toda a sociedade! Veja só, vir à tribuna falar da geração de empregos ou falar da industrialização do Estado do Paraná é fazer um voto de louvor e agradecimento ao Secretário Nelson Justus, que foi Secretário da Indústria e Comércio, ao Secretário Serra, e ao ex-Governador. Quem efetivamente industrializou este Estado, quem mudou o perfil da economia deste Estado e até podem acusar o ex-Governador de tudo, mas ninguém pode tirar dele o título, a honraria de ter sido o homem que industrializou o Estado do Paraná, com apoio de homens da envergadura moral como Nelson Justus e Serra e outros Secretários mais que por ali passaram.

Aliás, o Governo Lula fez uma propaganda que iria gerar dez milhões de empregos no Brasil. A própria propaganda oficial do Governo do PT é que já foram gerados um milhão e duzentos mil empregos no Brasil. Que maravilha, só o Paraná, Deputado Elio Rusch, conseguiu o milagre fantástico da multiplicação de empregos, de sozinho ele conseguir gerar 500 mil empregos. Eu acho até que o Presidente Lula tinha que agradecer publicamente ao Governador Roberto Requião, porque se o Governo Federal gerou 1.200.000 empregos, só o Governo do Roberto Requião gerou 500.000 empregos aqui, Deputado Stica! Realmente é uma maravilha!

Mas, antes de mais nada, tenho que dizer o seguinte: - o aumento do ICMS, o aumento da arrec-

adação, o aumento do número de empregos deve-se à política industrial desenvolvida pelo Governo anterior. E vamos fazer justiça, em termos de Brasil toda revolução e a modernização que ocorre no campo, no agronegócio, deve-se à política, de investimentos que fez o Presidente Fernando Henrique Cardoso!

Graças a programas maravilhosos para a agricultura como Moderfrota, programas que propiciaram a renovação dos implementos agrícolas, no campo.

Quantos foram os tratores fabricados neste País e financiados pelo BNDS, a custo de 8,75? Todo agricultor brasileiro pode modernizar a sua frota e hoje o que estamos sentindo é o homem do campo pagando já um juro exorbitante, proibitivo e não tendo linha de crédito mais para continuar modernizando a sua frota.

O custeio agrícola, que era abundante no Governo Fernando Henrique Cardoso, hoje você vai ao Banco do Brasil com juros para safra de 17, 18% ao mês! Estes efeitos nefastos que hoje estão sendo causados à agricultura brasileira serão sentidos na balança comercial do Brasil, daqui a pouco, pela total insensibilidade, aí, sim, do Governo atual com relação ao agronegócio brasileiro.

Então, nós temos que só fazer esta diferenciação que existe, sim, o PFL é crítico contumaz do Governo do PT, mas o Governo do Presidente Lula tem muitos acertos e nós vamos realçar os acertos. Eu não quero aqui cometer injustiças. Para concluir, quero elogiar o Governo Roberto Requião pela energia para agricultura, programa fantástico, maravilhoso! Vamos ver só se sai do papel para a prática, vamos ver quantos agricultores terão efetivamente o incentivo para produzir mais no período noturno. Isto, sim, será fantástico para nossa agricultura paranaense!

Muito Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

No horário da Liderança do Governo com a palavra o Deputado Natálio Stica.

O SR. NATÁLIO STICA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, não há incoerência entre defender o Governo Requião e o Governo Lula e principalmente neste aspecto hoje debatido aqui. Eu disse e repito, o Governador Requião está correto quando faz, como Governador do Estado do Paraná, a defesa do seu Estado. Da mesma forma o Presidente Lula quando faz do Brasil, desta Nação como um todo e aí, por vezes prejudicando um Estado em detrimento dos outros, que é o caso do Paraná. Sim, o Paraná perde com este pool, nós que produzimos a energia, nós que não temos o ICMS, nós que poderíamos ter a liberdade de fazer a negociação acabamos perdendo, sim. Mas no entendimento maior que é a Nação brasileira, estamos dando a nossa contribuição e aí não há incoerência. Ambos os Governos, Lula e Requião, estão corretos nas suas ações.

E as PCH's aqui falado pelo ilustre Deputado Durval Amaral? As PCH's que o Governador Requião seguiu e o fez muito bem, principalmente porque toda a energia gerada por estas usinas se tiver uma média de geração sobrando que vai ser vendida para outros Estados, não vai deixar nada para o Paraná em impostos. E em contrapartida, vai estar alagando terras agricultáveis no nosso Estado!

Qual é a política do Governo Requião para as PCH's? Toda PCH, que for feito um projeto visando atender ao seu consumo, o consumo de uma indústria, de um vilarejo, de uma cidade, vai ter autorização para ser construída. A geração de energia de uma PCH, aqui tem que ser consumida, no Paraná, porque caso contrário estaremos dando asas a mais energia nossa sem nenhum recurso para o Paraná e alagando as terras agricultáveis do nosso Estado. Corretíssima, portanto, essa postura que o Governador Requião faz em relação às PCH's.

E o emprego? É verdade, sim, o Lula deve muito da geração de empregos ao Estado do Paraná. E por que é que nós do Paraná temos hoje o maior índice de crescimento de emprego de todos os Estados do território brasileiro? Porque aqui tiveram algumas ações do Governo Requião que contribuíram com isso. Por exemplo, baixando o ICMS para a pequena, média empresa. Esta é uma atitude do Governador Requião que já deu reflexo, fazendo com que aumente. E nós sabemos que 80% do emprego gerado está na pequena e na média empresa. É ali que sai os 5, 8, 10, 50 empregos que na somatória dá 80% de toda a massa trabalhadora do nosso Estado.

Portanto, são políticas impostas pelo Governo Requião que sabidamente vieram a fazer com que o índice de desemprego diminuísse no nosso Estado. Estamos ainda muito aquém, mas estamos no caminho certo.

O Sr. Durval Amaral

Esse é outro programa do Governador Requião que merece elogio de todos nós, com relação à isenção das pequenas empresas. E V. Exa. como Líder do Governo, pode levar ao Governador Roberto Requião. Até faria um pronunciamento neste sentido, mas em função do nosso coleguismo vou dizer-lhe e V. Exa. poderá capitalizar isso, politicamente, porque o Governador realmente deu a isenção, todas as microempresas deveriam entregar realmente num prazo fatal as DFC (Declarações Fisco Contábeis) para poder continuar usufruindo o benefício. Entretanto os contadores acabaram, por razões até de cunho comercial, na maioria das vezes, não entregando as declarações fisco contábeis. Isso gera o quê? Gera o desenquadramento das microempresas. Com o desenquadramento elas votam à condição de empresas normais. Sendo empresas normais, voltam a pagar o imposto normal. Voltando a pagar o imposto normal, voltam a pagar aquela quantia mensal aos contadores. Então, de caso pensado quero crer, na maioria das vezes deixaram de entregar a declaração fisco contábil das microempresas e estão elas todas sendo desenquadradas no Paraná.

E esse programa tão alardeado pelo Governador e pelo Governo ano passado está todo ele sendo sucumbido, caindo por terra no presente ano e terá efeito praticamente nulo no ano que vem. Acho que até ao invés de desenquadrar, V. Exa. poderia sugerir ao Governador e ao Secretário da Fazenda uma multa de 30 reais, 40 reais, uma multa simbólica, mas não o desenquadramento, porque o programa está perdendo o efeito, perdendo a eficiência em função do grande número de empresas enquadradas. Hoje já, a maioria das empresas já estão desenquadradas.

O SR. NATÁLIO STICA

Agradeço ao Líder da Oposição que demonstra sua coerência ao fazer aqui uma Oposição propositiva quando traz, aqui, um encaminhamento que com certeza será analisado.

Quero agradecer à Oposição mais uma vez, não só aos elogios aos programas bons do Governo Requião, mas principalmente aos elogios ao bom andamento do Governo Lula.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 037/2004, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando o incluso anteprojeto de lei complementar, que, nos termos do artigo 27, IX da Constituição Estadual, visa estabelecer os casos de contratação de pessoal, por tempo determinado, para atendimento de necessidades temporárias de excepcional interesse público. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 038/2004, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando o incluso anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação ao parágrafo 4º, do artigo 4º, da Lei nº 13.212, de 29 de junho de 2001, acrescido pela Lei nº 13.412, de 26 de dezembro de 2001. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Requerimento nº 2237, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, solicitando a antecipação da Sessão Ordinária do dia 09.12, para logo após o término da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Sra. Presidente, eu gostaria de registrar a presença do Prefeito Euclides de Jardim Olinda, mais conhecido como Getúlio Vargas. Nosso grande amigo, acompan-

hado do Prefeito eleito daquela cidade, o Dr. Fernando que, pela primeira vez na sua vida, faz uma visita a este Parlamento.

Quero registrar nos Anais desta Casa, a visita ilustre dessas duas lideranças da cidade de Jardim Olinda.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 437/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 032/2004, que altera parágrafo 4º do artigo 11 da Lei Complementar nº 103/2004, de 15 de março de 2004 e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. COM EMENDAS DA CCJ, CF E CECE. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Em votação a emenda.

Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

O SR. DURVAL AMARAL

Sra. Presidente solicito verificação de votação.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Será procedida a verificação de votação.

Os Deputados que aprovam, queiram levantar-se. Os que rejeitam, queiram levantar-se.

O SR. NEREU MOURA

Sra. Presidente, não temos quórum para votação. Solicito chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

A Senhora está pondo alguma matéria em votação?

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

O 1º Projeto da Ordem do Dia.

O SR. 1º SECRETÁRIO

(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**)

O SR. NEREU MOURA

Sra. Presidente, suspendo a chamada nominal, já que há quórum no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Os Deputados que aprovam, queiram levantar-se. Vinte e cinco aprovam.

Os Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. Três rejeitam.

Aprovado.

A SRA. CIDA BORGHETTI (**Pela Ordem**)

Gostaria de reafirmar o nosso convite aos nobres colegas Deputadas e Deputados, esta Presidência, bem como os funcionários desta Casa, toda a imprensa, aos convidados que aqui estão, para logo mais, às 8 horas, receber o nosso maratonista Vanderlei Cordeiro de Lima, paranaense, um símbolo mundial do atletismo, da garra e da luta, estará conosco recebendo uma moção-título de Menção Honrosa, pela sua determinação, sua vontade, seu espírito olímpico e seu espírito de luta.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 440/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Creche CEMIC - Pingo de Gente, do Município de Umuarama, com sede e foro no Município de Umuarama. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 443/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Creche São Cristovão, com sede e foro no Município de Umuarama. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 721/2004, de autoria do Deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Monteiro Lobato - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no Município de Goioerê. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 095/2004, de autoria do Deputado Durval Amaral e outros, que faculta aos pequenos agricultores de produtos orgânicos deste Estado, a obtenção de subsídios junto ao Poder Executivo, para o plantio de cada safra, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CAIC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 209/2004, de autoria do Deputado Fernando Ribas Carli, que proíbe a venda de bebidas alcoólicas em todos os estabelecimentos comerciais no Estado do Paraná entre 02h00 e 09h00. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CAIC. COM EMENDA DA CCJ.**

Sobre o referido projeto, Emendas Aditivas de Plenário, em nº de 02 (duas), de autoria do Deputado Jocelito Canto, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

**EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01
AO PROJETO DE LEI Nº 209/2004**

Inclua-se onde couber:

“Os estabelecimentos comerciais que possuam alvará de funcionamento específico para este fim, ficam isentos da proibição do artigo 1º da referida lei.”

Sala das Sessões, em 08.12.2004.

(a) JOCELITO CANTO

Apoioamento:

Nelson Tureck, Dobrandino da Silva, Alexandre Curi, Francisco Bühner e Marcos Isfer.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02

Inclua-se onde couber:

“Os estabelecimentos comerciais que possuam alvará de funcionamento específico para este fim e que utilizam-se de equipamentos de som mecânico e ao vivo, ficam isentos da proibição do artigo 1º da referida lei.”

Sala das Sessões, em 08.12.2004.

(a) JOCELITO CANTO

Apoioamento:

Nelson Tureck, Duílio Genari, Marcos Isfer e Dobrandino da Silva.

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 227/2004, de autoria do Deputado Delegado Bradock, que estabelece a obrigatoriedade de sinalização nos postes ou suportes onde se encontram instalados os medidores de velocidade. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CF.**

Em votação o projeto.

Aprovado, artigo por artigo.

Em votação a Emenda da CF.

O SR. NATÁLIO STICA (**Pela Ordem**)

Gostaria de saber o teor dessa emenda.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao Deputado Carlos Simões a leitura da Emenda da Comissão de Finanças do Projeto de Lei nº 227/2004.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)
(**Procede à leitura da Emenda**)

O SR. NATÁLIO STICA

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação a Emenda da Comissão de Finanças. **Aprovada.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 248/2004, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que estabelece que as escolas do Estado do Paraná de 5ª a 8ª séries promoverão palestras sobre o uso de drogas e prostituição infantil. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECE. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 324/2004, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, que altera dispositivo da Lei nº 14.470/2004, de 27 de julho de 2004, que autoriza o pagamento do imposto sobre a transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos, criado pela Lei nº 8.927, de 28/12/1988, alterada pela Lei nº 10.064, de 17/07/1992, (com precatórios de natureza alimentícia). **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CCJ. COM EMENDA DE PLENÁRIO FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovada a emenda da CCJ.**

Em votação Emenda de Plenário com parecer favorável da CCJ. **Aprovada.**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 324/2004**

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 324/2004, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, que altera dispositivo da Lei nº 14.470/2004, de 27 de julho de 2004, que autoriza o pagamento do imposto sobre a transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos.

O projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças, sofrendo Emenda de Plenário de autoria do Deputado José Maria Ferreira.

Fundamentação

A Emenda de Plenário visa apenas corrigir a redação do projeto de lei, tornando o texto da lei mais claro e objetivo, sem modificar o conteúdo.

Desta forma, a emenda não apresenta óbices de natureza legal e constitucional.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua tramitação.

Sala das Comissões, em 07.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

Apoioamento:

Marcos Isfer, Duílio Genari, Barbosa Neto, Chico Noroeste, Nelson Justus, Tadeu Veneri, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, José Maria Ferreira e Delegado Bradock.

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 357/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que isenta o pagamento do ICMS à aquisição de aeronaves destinadas ao uso exclusivo da agricultura. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.**

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de nº 01, de autoria dos Deputados Tadeu Veneri, Pedro Ivo Ilkiv, André Vargas e demais Deputados, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 357/2004

Modifiquem-se a súmula e os artigos 1º e 2º, que ficam da seguinte forma:

“Súmula: Reduz o ICMS na aquisição de aeronaves destinadas ao serviço de combate ao incêndio ou pulverização agrícola.

Art. 1º - As aeronaves, nacionais ou importadas, destinadas exclusivamente ao serviço de combate ao incêndio ou pulverização agrícola, terão a alíquota do ICMS reduzida em 5% (cinco por cento).

Parágrafo Único - A redução de alíquota tratada neste artigo aplica-se somente nas hipóteses elencadas no parágrafo 15 do RICMS.”

“Art. 2º - Nos casos previsto no artigo 1º, havendo venda posterior dos bens a terceiros, a redução deixará de ocorrer.”

Sala das Sessões, em 08.12.2004.

(aa) TADEU VENERI, PEDRO IVO ILKIV, ELTON CARLOS WELTER, LUCIANA RAFAGNIN, PADRE PAULO CAMPOS e ANDRÉ VARGAS.

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Estudos Avançados em Economia da Universidade de São Paulo (USP) projeta o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio em 3,2% (três vírgula dois pontos percentuais) em 2004. Sob o prisma da balança comercial, a expectativa é de um superávit equivalente a US\$30 bilhões (trinta bilhões de dólares).

Antônio Donizeti Beraldo, Chefe do Departamento de Comércio Exterior da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), chegou a declarar à Agência Estado que “nos últimos quatro anos tivemos taxas de crescimento chinesas, da ordem de 10%”.

Cumpra frisar que produtos avícolas e agropecuários em estado natural como o arroz, o feijão e o leite recolhem ICMS com alíquota correspondente a 12% (doze por cento), a mesma aplicada hodiernamente às máquinas e implementos agrícolas, nos termos do artigo 15, inciso II, alíneas “g” e “n” do RICMS.

Até mesmo os alimentos destinados à merenda escolar recolhem ICMS com alíquota correspondente a 7% (sete por cento), nos termos do artigo 15, inciso VI, do RICMS.

Razões de justiça tributária e social motivam a alteração do Projeto de Lei nº 375/2004, que também deve observar estritamente os princípios constitucionais tributários da capacidade contributiva, da equidade e da seletividade em função da essencialidade dos produtos e serviços, este último previsto no artigo 14 da Lei nº 11.580/96 e artigo 15, *caput*, do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 5.141, de 12 de dezembro de 2001 (Decreto de nº 3.927, de 29/11/2004 - atualizando).

Por fim, ressalte-se que medidas fiscais e tributárias direcionadas ao incentivo dos setores produtivos não podem ser confundidas com favorecimento excessivo, pois, como foi anteriormente frisado, o setor do agronegócio obteve ganhos econômicos espetaculares nos últimos anos e por esta razão adquiriu melhores condições de colaborar com a arrecadação do ICMS, imposto este que tem relevante parcela vinculada à educação, inclusive para a compra de merenda escolar, que segundo o RICMS persiste taxada em 7% (sete por cento). Isso sem contar a vedação da Lei de Responsabilidade Fiscal à renúncia de receita desatrelada da previsão de outras fontes de arrecadação para compensação.

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 371/2004, de autoria dos Deputados Hermas Brandão e Padre Paulo Campos, que acrescenta letra “T” ao artigo 14, inciso II, da Lei nº 11.580/96 (ICMS). **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 417/2004, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que dispõe sobre a promoção de investimentos no Centro de Convenções de

Foz do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ, CF E CT.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário em nº de 03 (três) de autoria de diversos Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01
AO PROJETO DE LEI Nº 417/2004

Acresça-se ao artigo 1º do Projeto de Lei em epígrafe o parágrafo único, com o seguinte teor:

“Art. 1º - ...

Parágrafo Único - Previamente a aquisição das ações, deverá ser submetida a compra à apreciação do Tribunal de Contas.”

Sala das Sessões, em 08.12.2004.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, BARBOSA NETO, VALDIR ROSSONI, NELSON TURECK, LUIZ CARLOS MARTINS e NELSON JUSTUS.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda objetiva dar transparência e controle no trato da coisa pública, já que a autorização para a compra de ações não contém limitação de valores, nem prazos, muito menos condições, tornando, *a priori*, num negócio aparentemente legal e tranquilo, num foco de dúvidas e questionamentos.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02
AO PROJETO DE LEI Nº 417/2004

Fica alterado o artigo 1º do Projeto de Lei nº 417/2004, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, através da Paraná Turismo, a promover investimentos no Centro de Convenções de Foz do Iguaçu, mediante a aquisição de ações ordinárias sem valor nominal disponibilizadas pela Companhia, limitando-se a participação societária da Paraná Turismo em 50% (cinquenta por cento).”

Sala das Sessões, em 08.12.2004.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, ADEMAR TRAIANO, NELSON JUSTUS, NELSON TURECK, VALDIR ROSSONI e PASTOR EDSON PRACZYK.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 03
AO PROJETO DE LEI Nº 417/2004

Fica alterado o artigo 3º do Projeto de Lei nº 417/2004, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos legais a partir de 20 de janeiro de 2005.”

Sala das Sessões, em 08.12.2004.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, ADEMAR TRAIANO, NELSON TURECK, VALDIR ROS-

SONI, NELSON JUSTUS e PASTOR EDSON PRACZYK.

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 427/2004, de autoria do Deputado Waldir Leite, que declara de Utilidade Pública Estadual a “União Municipal das Associações de Moradores de Paranaguá”, com sede e foro no Município de Paranaguá”. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 441/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública Estadual a Creche Casa do Leite do Município de Umuarama, com sede e foro no Município de Umuarama. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

Em votação o Substitutivo Geral da CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Apenas para comunicar à Casa e aos Srs. Deputados-membros e assessoria da Comissão Especial criada para o acompanhamento do acidente da baía de Paranaguá, que a Comissão reunir-se-á com a 3ª Reunião Pública da APA, amanhã às 10 horas da manhã, em Paranaguá.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a Mesa, Requerimento nº 2249, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, com apoio dos Deputados Ratinho Júnior, Nereu Moura, Augustinho Zucchi e demais Deputados, constante do expediente, solicitando instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito-CPI, para investigar irregularidades na gestão do Fundo de Desenvolvimento Econômico-FDE, composta por 11 (onze) membros, com duração de 120 (cento e vinte) dias. **Publique-se no Diário da Assembléia para conhecimento dos Srs. Deputados. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Solicito novamente a palavra para ponderarmos com V. Exa. no sentido de instalarmos essa Comissão a partir de 15 de fevereiro, tendo em vista o curto espaço de tempo, e que a data passe a contar efetivamente na data da instalação dos trabalhos das Sessões Ordinárias.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Perfeitamente! Deixaremos instalar a partir de 15 de fevereiro.

Requerimentos nºs 2233 a 2235, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente.

Aprovados. À Diretoria Legislativa.0

Requerimento nº 2236, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2238, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2239, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2240, de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2241, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2242, de autoria da Deputada Arlete Caramês, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2243, de autoria do Deputado Chico Noroeste, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2245, de autoria do Deputado Chico Noroeste, constante do expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2244, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2246 e 2247, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2248, de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, com apoioamento dos Deputados Tadeu Veneri, André Vargas, Padre Paulo Campos e Hermes Fonseca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após a presente com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 246, 589/2003, 299 e 355/2004.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 345, 431, 409 e 442/2004.

Levanta-se a Sessão.